



“GRANFPOLIS”

***RELATÓRIO DE ATIVIDADES E
PRESTAÇÃO DE CONTAS***

EXERCÍCIO 2005

MUNICÍPIOS – PREFEITOS

ÁGUAS MORNAS

ANGELINA

ALFREDO WAGNER

ANITÁPOLIS

ANTÔNIO CARLOS

BIGUAÇU

CANELINHA

FLORIANÓPOLIS

GAROPABA

GOVERNADOR CELSO RAMOS

LEOBERTO LEAL

MAJOR GERCINO

NOVA TRENTO

PALHOÇA

PAULO LOPES

RANCHO QUEIMADO

SANTO AMARO DA IMPERTRIZ

SÃO BONIFÁCIO

SÃO JOÃO BATISTA

SÃO JOSÉ

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

TIJUCAS

Elmar Antônio Thiesen

Sérgio Murilo Costa

Wanderley da Silva

Saulo Weiss

Ivens Antônio Scherer

Vilmar Astrogildo Tuta de Souza

Eloir João Reis

Dário Elias Berger

Luiz Carlos da Silva

Anísio Anatólio Soares

Ivo Scheidt Filho

Zelásio Ângelo Dell’Agnolo

Sandra Regina Eccel Rachadel

Ronério Heiderscheidt

Volnei Adolfo Zanela

Valcir Huguen

José Rodolfo Turnes

Paulo Exterkoetter

Aderbal Manoel dos Santos

Fernando Melquíades Elias

Ernei José Stähelin

Elmis Mannrich

MUNICÍPIOS - PRESIDENTES DE CÂMARA MUNICIPAL

ÁGUAS MORNAS

ANGELINA

ALFREDO WAGNER

ANITÁPOLIS

ANTÔNIO CARLOS

BIGUAÇU

CANELINHA

FLORIANÓPOLIS

GAROPABA

GOVERNADOR CELSO RAMOS

LEOBERTO LEAL

MAJOR GERCINO

NOVA TRENTO

PALHOÇA

PAULO LOPES

RANCHO QUEIMADO

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

SÃO BONIFÁCIO

SÃO JOÃO BATISTA

SÃO JOSÉ

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

TIJUCAS

Germano Alberto Steinbach

José Nilton da Silva

Naudir Antônio Schmitz

Davenir Machado

Pedro Paulo dos Santos

Manoel Airton Pereira

Zulmar Lino de Simas

Marcílio Guilherme Ávila

Ildo da Silva Lobo Filho

Acácio Patrocínio dos Santos

Jaqueline R. G. Hoffmann

Marcos Mário Camers

Fernando P. H. de Siqueira F^o.

Otávio Marcelino Martins Filho

Nadir Carlos Rodrigues

Adilson Knall

Ademir Augusto do Carmo

Roque Buss

Celso Narciso Cim

Adir Xavier de Castro

Roberto Stähelin

Ailton Fernandes

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

SUMÁRIO

1 - OFÍCIO À ASSEMBLÉIA GERAL	9
2 - PARECER DO CONSELHO FISCAL	11
3 - MENSAGEM	13
4 - ORGANIZAÇÃO	16
5 - ATIVIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA	18
5.1 - ASSEMBLÉIAS GERAIS.....	18
5.2 - ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIAS.....	18
5.3 - ASSEMBLÉIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS.....	21
5.4 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS.....	24
5.5 - MOVIMENTO ECONÔMICO.....	41
6 - ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS	49
6.1 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, CONTÁBEIS, FINANCEIROS E DE INFORMÁTICA.....	49
6.2 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	58
6.3 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE EDUCAÇÃO.....	67
6.4 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA.....	70
6.5 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS.....	83
6.6 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS.....	89
PRESTAÇÃO DE CONTAS	91

DA : DIRETORIA EXECUTIVA
A : ASSEMBLÉIA GERAL
ASSUNTO : RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS
PERÍODO : DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2005

A Diretoria Executiva da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, eleita e empossada na Assembléia Geral Ordinária realizada dia 25 de fevereiro de 2005, no Município de São João Batista, em observância ao que estabelece o Artigo 28, XI, dos Estatutos Sociais, submete à aprovação da Assembléia Geral da **GRANFPOLIS** o Relatório Geral de Atividades e a Prestação de Contas referentes ao exercício de 2005.

Atendendo preceito estatutário, o Relatório e a Prestação de Contas mereceram o parecer prévio do Conselho Fiscal, conforme documento anexo.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2006.

VILMAR ASTROGILDO TUTA DE SOUZA
Prefeito Municipal de Biguaçu
Presidente

VOLNEI ADOLDO ZANELA
Prefeito Municipal de Paulo Lopes
1º Vice-Presidente

FERNANDO MELQUÍADES ELIAS
Prefeito Municipal de São José
2º Vice-Presidente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, em cumprimento às disposições estatutárias do Artigo 23, II, combinado com o Artigo 28, XI, declaram que, tendo procedido, nesta data, ao exame do Relatório Geral de Atividades e Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2005 e achando tudo em perfeita ordem e exatidão, recomendam que os mesmos sejam aprovados pela Assembléia Geral da **GRANFPOLIS**.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2006.

SÉRGIO MURILO COSTA
Prefeito Municipal de Angelina

ELMAR ANTÔNIO THIESEN
Prefeito Municipal de Águas Mornas

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
Presidente da Câmara Municipal de Leoberto Leal

3 - MENSAGEM

A Diretoria Executiva, no cumprimento às disposições estatutárias, tem a grata satisfação de apresentar, ainda que de forma resumida, as principais atividades desenvolvidas, no decorrer de 2005.

Atenta às novas administrações, a Associação focou seus esforços no sentido de repassar aos Prefeitos Municipais e a seus Assessores, informações úteis para o desenvolvimento das atividades cotidianas da administração municipal e também procurou dar seqüência ao Programa de Capacitação dos Servidores Municipais com a realização de inúmeros eventos.

A Diretoria Executiva esteve em todos os movimentos municipalistas, participando ativamente das reuniões convocadas pela Federação Catarinense de Municípios e pela Confederação Nacional de Municípios, buscando defender os interesses dos Municípios da Microrregião. Foram inúmeras as viagens a Brasília, podendo ser ressaltada a VIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, quando a delegação da GRANFPOLIS, composta de 56 integrantes, destacou-se como a maior dentre as 21 (vinte e uma) Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina.

Importante elencar algumas conquistas que se obtiveram, em 2005, como a aprovação de Lei autorizando o parcelamento de débitos com o INSS em até 240 (duzentos e quarenta meses) e a possibilidade do Município, mediante convênio com a União, arrecadar e apropriar-se de 100% (cem por cento) do Imposto Territorial Rural – ITR.

Não se obteve sucesso no incremento do Fundo de Participação dos Municípios, que, infelizmente, não foi aprovado pela Câmara Federal, em que pesem todos os esforços das entidades municipalistas.

No entanto, deve-se continuar a luta, irmanados com as entidades co-irmãs, sob a liderança da Confederação Nacional de Municípios – CNM, para, em 2006, alcançar importantes conquistas em prol dos Municípios Brasileiros.

De modo muito especial, cumpre ressaltar e agradecer a dedicação e o empenho de cada um dos Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, Vereadores, Secretários e Técnicos dos Municípios em apoiar as iniciativas das entidades representativas dos Municípios (CNN, FECAM e GRANFPOLIS) demonstrando, assim, a força e a pujança do Movimento Municipalista.

No decorrer do exercício não se deixou de lado a capacitação dos técnicos municipais; ao contrário, realizaram-se inúmeros cursos, seminários e reuniões técnicas que alcançaram mais de 500 representantes das Prefeituras, Câmaras Municipais, Fundos e Autarquias Municipais.

Também os servidores da Associação foram incentivados a participar de vários eventos de capacitação, no sentido de se qualificarem ainda mais, para prestar melhor serviço aos Municípios associados.

As já tradicionais reuniões com os Contadores Municipais das Prefeituras, Câmaras Municipais, Fundos e Autarquias continuaram a ser realizadas, sob a coordenação do Assessor Técnico da Associação, Contador Gilberto Brasil, agora, agregando também a participação dos Controladores Internos, tratando da uniformização de procedimentos e permanente atualização da legislação, ressaltando, ainda, a participação do Contador Gilberto Brasil no Colegiado Estadual de Contadores, e do Contador Luiz Antônio Gerardi, no Colegiado Estadual de Controladores Internos, ambos coordenados pela Federação Catarinense de Municípios.

A Diretoria Executiva, atendendo a solicitação e aprovação dos Prefeitos e Presidentes de Câmaras, criou as Assessorias de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente, estando implantadas as de Educação e Assistência Social, com destaque para a criação do Colegiado Microrregional dos Secretários Municipais de Educação, presidido pelo Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Secretário Municipal de Educação de Florianópolis, enquanto o Colegiado dos Gestores de Assistência Social se encontra em formação.

A publicação dos índices definitivos no Diário Oficial do Estado, ao final do exercício, em 16/12/2005, evidenciou que o esforço dos técnicos se revestiu de êxito, oportunidade em que se constatou que 13 (treze) Municípios aumentaram os respectivos índices, enquanto os 9 (nove) que decresceram, mais não caíram em virtude do trabalho desenvolvido pelos Técnicos da Associação e das municipalidades. Fruto, ainda, do trabalho dos referidos técnicos foi o crescimento de 3,66 (três vírgula sessenta e seis) da Região no índice geral, quase o dobro de exercício anterior, permanecendo a Associação em 3º (terceiro) lugar em relação às 21 (vinte e uma) do Estado de Santa Catarina.

No que se refere às contas municipais de 2004, obteve-se a aprovação das contas de 17 (dezesete) Municípios, sendo uma das Associações que obteve os melhores índices de aprovação das contas anuais de 2004, ficando demonstrado o importante trabalho de orientação desenvolvido pelos técnicos da Associação e pelos treinamentos realizados com os Técnicos municipais.

Em relação aos Prefeitos Municipais que tiveram indicações do Tribunal de Contas do Estado pela rejeição das contas de 2004, os Técnicos estarão à disposição para auxiliá-los no sentido de reverter o posicionamento do TCE/SC, através do pedido de reapreciação.

As várias Conferências Municipais e Estaduais tiveram a participação de representantes da Associação, na orientação e organização das atividades de cada área.

A indicação do Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, Anísio Anatólio Soares, para cargo na Diretoria da Federação Catarinense de Municípios foi exitosa, tendo o mesmo assumido a 3ª Vice-Presidência em 2005, com o compromisso de assumir a Presidência em 2006, fruto de amplo acordo firmado entre os interessados em dirigir a entidade municipalista estadual.

O corpo técnico da Associação, sempre que solicitado, esteve ministrando cursos, palestras e realizando visitas em vários Municípios da Região, nas áreas de Planejamento Urbano, Contabilidade e Controle Interno, Recursos Humanos e Assistência Social, dentre outros.

Importante ressaltar a preocupação da Diretoria e da Secretaria Executiva da Associação com a elaboração dos Planos Diretores Participativos, com prazo final em outubro de 2006, realizando palestras, reuniões e contratando a elaboração das fotos de satélite ainda em 2005 e agendando para 2006 a complementação dos trabalhos.

Desta forma, de maneira muito sucinta, estão elencadas as atividades desenvolvidas, como se pode verificar na leitura deste relatório, deixando demonstrado que os recursos municipais investidos na GRANFPOLIS, foram muito bem aplicados, com critério e parcimônia, e renderam frutos, principalmente aos menores municípios, que carecem de uma estrutura mais ampla e efetiva.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2006.

VILMAR ASTROGILDO TUTA DE SOUZA
Prefeito Municipal de BIGUAÇU
Presidente

VOLNEI ADOLFO ZANELA
Prefeito Municipal de Paulo Lopes
1º Vice-Presidente

FERNANDO MELQUÍADES ELIAS
Prefeito Municipal de São José
2º Vice-Presidente

4 - ORGANIZAÇÃO

4.1 - ASSEMBLÉIA GERAL

A Assembléia Geral da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis - **GRANFPOLIS** é constituída pelos Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais da Microrregião, ou seus representantes devidamente credenciados.

Dentre as atribuições que lhe são conferidas cabe, ainda, à Assembléia Geral aprovar o presente Relatório de Atividades e a Prestação de Contas.

4.2 - DIRETORIA EXECUTIVA

A Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis – **GRANFPOLIS** é administrada por uma Diretoria Executiva, que se compõe dos seguintes membros, eleitos por um ano, pela Assembléia Geral:

Presidente : Vilmar Astrogildo Tuta de Souza
Prefeito Municipal de Biguaçu

1º Vice-Presidente : Volnei Adolfo Zanela
Prefeito Municipal de Paulo Lopes

2º. Vice-Presidente : Fernando Melquíades Elias
Prefeito Municipal de São Jose

4.3 - CONSELHO FISCAL

Aos membros do Conselho Fiscal compete, em cumprimento às disposições estatutárias, examinar o Relatório de Atividades e a Prestação de Contas e submetê-los à aprovação da Assembléia Geral, emitindo seu parecer prévio.

São membros do Conselho Fiscal:

Titulares : Sérgio Murilo Costa
Prefeito Municipal de Angelina

Elmar Antônio Thiesen
Prefeito Municipal de Águas Mornas

Jaqueline Rosália Guchert Hoffmann
Presidente da Câmara Municipal de Leoberto Leal

Suplentes: Sandra Regina Eccel Rachadel
Prefeito Municipal de Nova Trento

Luiz Carlos da Silva
Prefeito Municipal de Garopaba

Vereador Celso Narciso Cim
Presidente da Câmara Municipal de São João Batista

4.4 - SECRETARIA EXECUTIVA

Membros:

Secretário Executivo : Miguel Augusto Forbeck Faraco
Recepcionista / Telefonista : Margarete Almeida
Auxiliar de Serviços Gerais I : Mário César Souza

4.5 - ASSESSORIA TÉCNICA

4.5.1 - Assessoria para Assuntos Administrativos

Membros:

Assistente Administrativo : Sueli Venâncio Luiz
Auxiliar de Serviços Gerais I : Genoveva Viríssimo Dutra

4.5.2 – Assessoria para Assuntos de Assistência Social

Membro:

Assistente Social : Kelly Cristina Wehmuth

4.5.3 – Assessoria para Assuntos de Educação

Membro:

Professor : Antão Antônio David

4.5.4 - Assessoria para Assuntos Contábeis, Financeiros e de Informática

Membros:

Contador : Gilberto Brasil
Contador : Luiz Antônio Gerardi
Auxiliar de Serviços Gerais II : Bento Patrocínio Ramos Filho

4.5.5 - Assessoria para Assuntos de Engenharia e Arquitetura

Membros:

Engenheiro Civil : João Augusto Demaria da Silveira
Arquiteta : Valesca Menezes Marques
Técnico em Agrimensura : Nazário Espíndola
Técnico em Agrimensura : Odimilson Martins
Técnico em Agrimensura : Marcelo Zulmar da Silva
Assistente Técnico (desenhista) : Luiz Ari Bittencourt
Auxiliar Técnico : Alcides Manoel da Silva

4.5.6 - Assessoria para Assuntos Jurídicos

Membro:

Advogado : Waldir Gorges Alves

4.5.7 – Assessoria para Assuntos Previdenciários

Membro:

Advogada : Andréa Cristine Krause

5 - ATIVIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA

Órgão responsável pela execução dos serviços administrativos da Associação, pela coordenação das Assembléias Gerais, pelo assessoramento aos técnicos municipais durante a realização do Movimento Econômico, pelo despacho e recebimento de correspondências, participação em eventos, além de contatos com órgãos Federais e Estaduais, buscando o atendimento às solicitações dos Senhores Prefeitos Municipais e aos interesses da Associação.

No decorrer do exercício de 2005 foram expedidos 537 ofícios e despachados 413 expedientes recebidos, extraídas 397.345 fotocópias, 381 cópias heliográficas e realizadas 188 encadernações, atendendo a todos os Municípios filiados.

5.1 - ASSEMBLÉIAS GERAIS

A Assembléia Geral da Associação dos Municípios é constituída pelos Prefeitos Municipais, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, ou seus representantes, devidamente credenciados.

É órgão soberano em suas decisões e, quando Ordinária, reúne-se a cada dois meses, na sede de um dos Municípios associados e Extraordinária, realizada sempre que houver matéria urgente a ser deliberada, por iniciativa do Presidente, ou a pedido de 1/5 dos Associados, em dia com suas obrigações estatutárias.

5.2 - ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIAS

No exercício de 2005 foram realizadas 05 (cinco) Assembléias Gerais Ordinárias, com a participação de autoridades convidadas e as presenças de Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, Vereadores, Secretários e técnicos municipais, das quais apresentamos um sucinto relato:

1ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

SÃO JOÃO BATISTA - 25.02.05

Realizada no Centro Cultural do Município de São João Batista para eleger e empossar a nova Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal para cumprir mandato de 1 (um) ano.

Na oportunidade os participantes assistiram a palestra do Secretário Regional da Grande Florianópolis, Engenheiro Valter José Galina que utilizando-se de recursos eletrônicos relatou as implicações da Reforma Administrativa na estrutura e administração das Secretarias Regionais, especialmente naquelas transformadas em Meso Regiões, como a Grande Florianópolis.

Na seqüência foram apresentados para análise, discussão e votação o Relatório de Atividades e a Prestação de Contas de 2004, que foram aprovados por unanimidade pelo plenário.

Foram eleitos e empossados os Senhores e Senhoras: Presidente: Vilmar Astrogildo Tuta de Souza, Prefeito Municipal de Biguaçu; 1º Vice-Presidente: Volnei Adolfo Zanela, Prefeito Municipal de Paulo Lopes; 2º Vice-Presidente: Fernando Melquíades Elias, Prefeito Municipal de São José. Conselho Fiscal – Membros Titulares: Sérgio Murilo Costa, Prefeito Municipal de Angelina; Elmar Antônio Thiesen, Prefeito Municipal de Águas Mornas e a Vereadora Jaqueline Rosália Guchert Hoffmann, Presidente da Câmara Municipal de Leoberto Leal. Membros Suplentes: Sandra Regina Ec-

cel Rachadel, Prefeita Municipal de Nova Trento; Luiz Carlos da Silva, Prefeito Municipal de Garopaba e o Vereador Celso Narciso Cim, Presidente da Câmara Municipal de São João Batista.

Na oportunidade o Prefeito Anísio Anatólio Soares – Vice-Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, fez a entrega simbólica das Agendas de Obrigações destinadas aos Prefeitos, Presidentes de Câmaras e Contadores.

Prestigiaram o evento os Secretários do Desenvolvimento Regional, Valter José Galina, da Grande Florianópolis e Jair Sebastião Amorim, de Brusque; O Prefeito da Capital Dário Elias Berger; o Vice-Presidente da Federação Catarinense de Municípios. Prefeito Anísio Anatólio Soares, de Governador Celso Ramos; o Diretor Presidente da Central de Abastecimento Sociedade Anônima – CEASA – Grande Florianópolis, Dr. Ivo Vanderlinde; o Deputado Estadual Lício Mauro da Silveira; os ex-Prefeitos Ailton Laudelino Andrade, de Angelina; Isaac Diniz, de Rancho Queimado, ambos ex-Presidentes da Associação e o ex-Prefeito de São João Batista, Celso Cim, atual Vereador Presidente da Câmara Municipal de São João Batista; o Vereador João Batista Nunes, 1º Vice-Presidente da Câmara Municipal da Capital, representando o Vereador Marcílio Guilherme Ávila, Presidente daquela Casa Legislativa e o Secretário Executivo da Federação Catarinense de Municípios – Celso Vedana.

2ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

BIGUAÇU - 29.04.05

Realizada nas dependências do Salão Paroquial da Igreja Matriz de Biguaçu com a participação do Diretor Presidente do Departamento de Transportes e Terminais do Estado de Santa Catarina – DETER, Flares José Rosar, convidado como palestrante para falar sobre o Sistema Integrado de Transportes da Grande Florianópolis, dentre outros temas de interesse dos Presentes.

Também usaram da palavra na oportunidade os Senhores: Ivo Vanderlinde, Diretor Presidente da Central de Abastecimento Sociedade Anônima – CEASA – Grande Florianópolis, que relatou sobre a situação da construção do Pavilhão da Agricultura Familiar, solicitando empenho dos Senhores Prefeitos e dos Secretários Municipais da Agricultura para a breve ativação dos boxes; o Professor Max Muller, representante do Instituto Karl Hoepcke que reportou-se sobre a atuação do instituto e formulou convite para a participação de todos no Seminário sobre a Colonização Alemã nos dias três a cinco de maio, no Auditório do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Zany Stael Leite acompanhado de representante da província chinesa de Henan, formulou convite para visita oficial aquela província. Prestigiaram o evento os Senhores(as): Deputado Estadual João Henrique Blasi; o Prefeito da Capital Dário Elias Berger acompanhado pela Primeira Dama e Secretária Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social Rosemeri Bartucheski Berger; o Vice-Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, Anísio Anatólio Soares, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos; Anita Hoepcke Ramos da Silva, Presidente do Instituto Karl Hoepcke; os ex-Prefeitos: Edson Flores da Cunha, de Leoberto Leal, atual Diretor Administrativo do Departamento Estadual de Infra-Estrutura – DEINFRA; Ailton Laudelino de Andrade, de Angelina; Isaac Diniz, de Rancho Queimado; Antônio Antônio David, de Anitápolis e Sadi Peixoto, de Biguaçu e o Engenheiro Carlos Alberto Martins, Gerente Regional das Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC.

3ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

ÁGUAS MORNAS - 19.08.05

Realizada nas dependências do Águas Mornas Palace Hotel, com palestra da Diretora Geral da Secretaria de Estado da Saúde, Doutora Carmem Zanoto, representando o Secretário Luiz Eduardo Dado Cherem, que junto com toda a equipe da Secretaria, abordou os diversos temas inerentes a área da Saúde, enfatizando a importância de implantar-se no Estado e de modo especial na microrregião, o Sistema de Atendimento Médico de Urgência – SAMU.

Na oportunidade usaram da palavra além da Diretora Geral os Senhores: César Nitscke, Gerente do Sistema SAMU; Roberto Hess de Souza, Superintendente de Planejamento da Secretaria; Edson Macari, Gerente Regional de Saúde e Celso Della Giustina, Presidente do Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde.

Falaram ainda o Capitão Carlos Alberto Gomes Filho, da Defesa Civil do Estado, que apelou aos Senhores Prefeitos Municipais para que enviem técnicos de seus municípios para participar de Seminário Estadual de Defesa Civil a ser realizado na Capital do Estado; O Presidente da Central de Abastecimento Sociedade Anônima – CEASA – Grande Florianópolis, Ivo Vanderlinde que mais uma vez apelou aos Senhores Prefeitos e Secretários Municipais de Agricultura para a efetiva participação no Pavilhão da Agricultura Familiar.

Na oportunidade foram apresentados os novos técnicos contratados pela Associação, Professor Antão Antônio David, na área da Educação e a Assistente Social Kelly Cristina Wehmuth, na área da Assistência Social.

Prestigiaram o evento além das autoridades antes nominadas, os Senhores e Senhoras: Deputados Estaduais Lício Mauro da Silveira e João Henrique Blasi; Prefeito Anísio Anatólio Soares de Governador Celso Ramos, Vice-Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM; Mário José Koerich e Valdeci José Sens, ex-Prefeitos de Águas Mornas; Hana Carine Barcelos, Gerente do Complexo Regulador da Secretaria de Estado da Saúde; José Orlando Borghesan, Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural – EPAGRI; Jairo Henckes, Diretor Técnico da Central de Abastecimento Sociedade Anônima – CEASA – Grande Florianópolis; Osni Maciel Júnior, representando o Deputado Federal Mauro Passos; Luiz Carlos Zimmermann, Secretário Municipal de Saúde de Antônio Carlos e Presidente do Colegiado de Secretários Municipais de Saúde da Grande Florianópolis.

4ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

ALFREDO WAGNER – 14.10.05

Realizada nas dependências da Sociedade Recreativa União Clube, com palestra da Arquiteta e Urbanista, Fátima Hermes, sobre os Planos Diretores Participativos, exigência do Estatuto das Cidades.

Na oportunidade a palestrante após apresentar um vídeo sobre os trabalhos já realizados ou em andamento em diversos Municípios de várias Regiões do Estado, apresentou propostas para a realização dos trabalhos na Região da Grande Florianópolis, ficando o tema a ser debatido em reunião específica na sede da Associação.

Na oportunidade ainda usou da palavra a Advogada Graziela Cória da Silva, mestre em Direito Ambiental, que colocou seus préstimos a disposição das Prefeituras Municipais no sentido de organizar o setor ambiental das Prefeituras.

Prestigiaram o evento os Senhores: Deputados Estaduais Lício Mauro da Silveira e João Henrique Blasi; Prefeito Anísio Anatólio Soares de Governador Celso Ramos, Vice-Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM; ex-Prefeito de Anitápolis, Antão Antônio David, assessor de Educação da Associação; ex-Prefeitos da Alfredo Wagner, Norberto Wagner, atual Governador do LIONS CLUB, Distrito LD-9 e Sérgio Biasi Silvestri, ex-Presidente da Associação de Municípios da Região da Grande Florianópolis e atual Secretário Municipal de Administração de Alfredo Wagner; Celso Vedana, Secretário Executivo da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, ex-Prefeitos Ailton Laudelino Andrade e Isaac Diniz de Angelina e Rancho Queimado respectivamente, sendo justificadas as ausências do Deputado Federal Edison Andrino de Oliveira, do Deputado Estadual César Souza e do 1º Vice-Presidente da Associação Prefeito Volnei Adolfo Zanela de Paulo Lopes.

5ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**CANELINHA – 16.12.05**

Realizada nas dependências da Fazenda Silva Neto, na localidade do Moura no Município de Canelinha, tendo como palestrante o Senhor Sálvio Tonini, Coordenador Regional da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA em Santa Catarina, que reportou-se sobre os principais projetos daquele órgão federal e comprometeu-se a envidar todos os esforços no sentido de atender os pleitos formulados pelos Municípios da Grande Florianópolis, enfatizando a necessidade da apresentação de bons projetos, bem elaborados e elegíveis, conforme a Portaria 601.

Na oportunidade foi aprovado por unanimidade o Orçamento da Associação para o ano de 2006.

Prestigiaram o evento os Senhores e Senhoras: Deputados Estaduais Djalma Berger, atual Secretário Municipal de Obras da Capital, Lício Mauro da Silveira e Luiz Eduardo Dado Cheren, Secretário de Estado da Saúde; ex-Prefeitos: Ailton Laudelino Andrade; Issac Diniz e Antão Antônio David, de Angelina, Rancho Queimado e Anitápolis, respectivamente, todos ex-Presidentes da Associação; Osni Maciel Júnior, representante do Deputado Federal Mauro Passos; Osni Reis e Antônia Reis, progenitores do Prefeito anfitrião; Engenheiro Agrônomo José Orlando Borghesan, Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural – EPAGRI; Secretários de Desenvolvimento Regional, Jair Sebastião Amorim e João Olindino Dão Köeddermann, de Brusque e Itajaí respectivamente, sendo justificadas as ausências dos Senhores Deputado Federal Edison Andrino de Oliveira; Deputado Estadual César Souza; Diretor Presidente da Central de Abastecimento Sociedade Anônima – CEASA – Grande Florianópolis, Ivo Vanderlinde e do Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, Márcio de Souza Rosa.

5.3 - ASSEMBLÉIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS

No presente exercício, foi realizada uma Assembléia Geral Extraordinária.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**FLORIANÓPOLIS – 14.06.05.**

Realizada nas dependências do Auditório Prefeito Acácio Garibaldi São Thiago, na sede da Associação de Municípios para tratar dos seguintes temas:

- Definição sobre a oportunidade de realizar-se Missão Oficial de Prefeitos e Empresários da Região à Província de Henan, na China, sendo deliberado que deveria haver manifestação dos Prefeitos e empresários interessados até o dia 30 de junho;
- Ampliação do quadro técnico da Associação com a criação de quatro novas assessorias, sendo aprovado por unanimidade, a criação das Assessorias em Saúde, Educação, Assistência Social e Meio-Ambiente.

Na oportunidade estiveram presentes dezessete Prefeitos e Representantes das Câmaras Municipais de cinco municípios.

FREQÜÊNCIA ÀS ASSEMBLÉIAS GERAIS

MUNICÍPIO	PREFEITOS E PRESIDENTE DE CÂMARAS	ORDINÁRIAS					EXTRAORDINÁRIA
		FEV.	ABR.	AGO.	OUT.	DEZ.	JUN.
ÁGUAS MORNAS	ELMAR ANTÔNIO THIESEN	X	X	-	-	-	X
	GERMANDO ALBERTO STEINBACH	X	X	X	-	-	X
ALFREDO WAGNER	WANDERLEY DA SILVA	X	X	X	X	-	X
	NAUDIR ANTÔNIO SCHMITZ	X	X	-	X	-	-
ANGELINA	SÉRGIO MURILO COSTA	X	X	X	X	X	X
	JOSÉ NILTON DA SILVA	X	X	-	X	X	-
ANITÁPOLIS	SAULO WEISS	X	-	X	X	X	X
	DAVENIR MACHADO	-	-	-	-	-	-
ANTÔNIO CARLOS	IVENS ANTÔNIO SCHERER	X	X	X	X	X	X
	PEDRO PAULO DOS SANTOS	-	-	-	-	-	-
BIGUAÇU	VILMAR ASTROGILDO TUTA DE SOUZA	X	X	X	X	X	X
	MANOEL AIRTON PEREIRA	X	-	-	-	-	-
CANELINHA	ELOIR JOÃO REIS	X	X	X	X	X	X
	ZULMAR LINO DE SIMAS	-	-	-	-	-	-
FLORIANÓPOLIS	DÁRIO ELIAS BERGER	X	X	-	-	-	-
	MARCÍLIO GUILHERME ÁVILA	X	-	-	-	-	X
GAROPABA	LUIZ CARLOS DA SILVA	X	X	X	X	-	X
	ILDO DA SILVA LOBO FILHO	X	X	-	-	-	-
GOV.CELSO RAMOS	ANÍSIO ANATÓLIO SOARES	X	X	X	X	X	X
	ACÁCIO PATROCÍNIO DOS SANTOS	X	-	-	-	-	-
LEOBERTO LEAL	IVO SCHEIDT FILHO	X	X	X	X	X	X
	JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN	X	X	-	X	-	X
MAJOR GERCINO	ZELÁSIO ANGELO DELL'AGNOLO	X	X	X	-	X	X
	MARCOS MÁRIO CAMERS	-	-	X	-	-	-
NOVA TRENTO	SANDRA REGINA ECCEL RACHADEL	X	-	-	X	-	-
	FERNANDO P. HOMEN DE SIQUEIRA FILHO	-	-	-	-	-	-
PALHOÇA	RONÉRIO HEIDERSCHIEDT	X	-	-	-	-	-
	OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO	-	-	-	-	-	-
PAULO LOPES	VOLNEI ADOLFO ZANELA	X	X	X	-	X	X
	NADIR CARLOS RODRIGUES	X	-	X	-	X	-
RANCHO QUEIMADO	VALCIR HUGEN	X	X	X	-	X	X
	ADILSON KNALL	-	X	X	X	-	X
STO AMARO DA IMPERATRIZ	JOSÉ RODOLFO TURNES	X	X	X	-	X	X
	ADEMIR AUGUSTO DO CARMO	X	X	-	X	X	-
SÃO BONIFÁCIO	PAULO EXTERKOETTER	X	-	X	X	X	X
	ROQUE BUSS	X	-	-	X	X	-
SÃO JOÃO BATISTA	ADERBAL MANOEL DOS SANTOS	X	X	X	X	X	X
	CELSO NARCISO CIM	X	X	-	-	-	-
SÃO JOSÉ	FERNANDO MELQUIADES ELIAS	X	X	X	X	X	-
	ADI XAVIER DE CASTRO	X	-	-	-	-	-
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	ERNEI JOSÉ STÁHELIN	X	X	X	X	X	X
	ROBERTO STÁHELIN	X	X	X	X	X	X
TIJUCAS	ELMIS MANNRICH	X	X	X	X	X	-
	EDSON JOSÉ DE SOUZA	X	-	-	-	-	-

Granf/Tabelas Relatório/Relat1



GRÁFICO – FREQUÊNCIA ÀS ASSEMBLÉIAS GERAIS
GRANF/TABELAS RELATÓRIO/RELAT1.XLS

5.4 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

5.4.1 – REUNIÃO NAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CEASA – SÃO JOSÉ

Atendendo convite da Diretoria da CEASA – Grande Florianópolis, os Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais e Secretários Municipais de Agricultura, participaram do evento no Município de São José, no dia 27 de janeiro, ocasião que foi discutida a forma de ocupação do Pavilhão da Agricultura Familiar, construído com a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis.

Na ocasião foi realizada visita ao Pavilhão, com a presença do Governador do Estado Luiz Henrique da Silveira e lançado o Edital de Concorrência para a construção do anel viário interno da CEASA/SC.

Representaram a Associação no evento o Presidente Vilmar Astrogildo Tuta de Souza e o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

5.4.2 – CICLO DE ESTUDOS DE AUDITORIA SOBRE MOVIMENTO ECONÔMICO

Realizado na sede da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí – AMFRI nos dias 15, 16 e 17 de fevereiro, objetivando tratar dos diversos temas que impactam o Movimento Econômico dos Municípios, sendo abordados os seguintes temas:

- Telefonia Móvel
- Repartição de Tributos (Distribuição dos tributos arrecadados para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios)
- Lei Complementar nº 63/90 (Proposta par alterações)
- Escrituração Fiscal (Natureza das operações)
- Substituição Tributária – Estudo de casos específicos de interesse do Movimento Econômico
- DIME – Declaração do ICMS e Movimento Econômico
- ICMS Ecológico (Propostas para alteração)
- Súmulas de decisões I, II, III, IV e V Ciclos de Estudos

Representando a Associação participaram o Contador Luiz Antônio Gerardi e o Fiscal de Tributos Municipais de São José, Antônio Gonçalves, que na condição de palestrante abordou o tema ICMS Ecológico.

5.4.3 – VIII CICLO DE ESTUDOS DE CONTROLE PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Evento realizado no dia 03 de março nas dependências do Auditório do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, com as presenças de Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, Vereadores, Secretários, Contadores, Controladores Internos e Técnicos dos Municípios da Grande Florianópolis, sendo abordados os seguintes temas:

- 1 – O Tribunal de Contas e os Controles Externo e Interno nos Municípios;
- 2 – Gestão Fiscal e Limites Constitucionais e Legais a serem observados pelos Municípios;

- 3 – Atos de Improbidade Administrativa e a Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores: Atuação do Ministério Público;
- 4 – O Vereador na Fiscalização das Contas Públicas;
- 5 – Temas da Administração Pública:
 - a) Os Instrumentos de Planejamento – (PPA, LDO, LOA);
 - b) Lei de Responsabilidade Fiscal e a Renúncia de Receitas;
 - c) Licitação e a Responsabilidade dos Agentes Públicos;
 - d) A responsabilização do Gestor Público no âmbito do Tribunal de Contas;
 - e) Administração de Pessoal: Pessoal Efetivo, Cargos Comissionados, ACTs e Terceirização;
- 6 – Sistema e-SFINGE
 - a) Operação Geral do Sistema;
 - b) Apresentação dos Conteúdos (lay-outs) Municipais;
 - c) Apresentação dos Conteúdos (lay-outs) de Controle de Obras.

Representaram a Associação, o Presidente Vilmar Astrogildo Tuta de Souza, Prefeito Municipal de Biguaçu, acompanhado do Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco e dos Assessores Técnicos: Gilberto Brasil; Luiz Antônio Gerardi e Waldir Gorges Alves.

5.4.4 – VIII MARCHA À BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

Evento realizado no período de 07 a 10 de março, na Capital da República, tendo por local as dependências do Blue Tree Park Hotel, sendo tratados os seguintes temas:

- A descentralização da política ambiental como forma de prevenção ao Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável;
- As políticas do Governo Federal para infra-estrutura e planejamento das cidades: perspectivas para 2005;
- O desenvolvimento do sistema local de saúde como propulsor da melhoria da qualidade de vida;
- Federalismo: Competências e fontes de financiamento para o fortalecimento do poder local;
- Como os Municípios podem ajudar o Brasil a atingir as Metas do Milênio;
- O investimento em turismo como fonte de geração de emprego e renda;
- A importância dos Municípios na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
- Regulamentação da Emenda Constitucional N° 29/2000;
- Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica;
- Reforma Tributária;
- Responsabilidade dos Municípios nas Políticas Sociais da União;
- A Gestão Própria da Previdência Social e o seu impacto nas finanças municipais;
- O papel dos Municípios nas Políticas Sociais do Governo Federal;
- As políticas de incentivo a agricultura familiar;
- As políticas de combate às desigualdades regionais;
- A construção de um novo modelo de relacionamento entre os Municípios e o Congresso Nacional;
- Apresentação da Carta da VIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

O evento contou com a presença do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e de 12 Ministros, além de técnicos das mais diversas áreas do Governo Federal, Dirigentes de Empresas do Governo Federal e também de vários Governadores de Estado e Parlamentares.

A delegação da GRANFPOLIS contou com 56 (cinquenta e seis) integrantes que representaram 21 (vinte e um) Municípios da região, sendo a maior delegação do Estado de Santa Catarina, capitaneados pelo Presidente Vilmar Astrogildo Tuta de Souza, Prefeito Municipal de Biguaçu, que contou com a colaboração do Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

5.4.5 – CURSO SOBRE PLANO DIRETOR E ESTATUTO DA CIDADE

Realizado na Sede do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, no Rio de Janeiro durante os dias 28 de março a 1º de abril, sob a coordenação da Professora Hélia Nacif Xavier, abordou os seguintes tópicos:

Aspectos Conceituais

- Cidades brasileiras e seus processos
- Novos Marcos da Política Urbana: Competências Constitucionais, Estatuto da Cidade e Plano Diretor
- Os instrumentos do Estatuto da Cidade e a relação com o Plano Diretor
 - Aspectos urbanísticos
- Conhecimentos Básicos para o Plano Diretor
 - Informações urbanísticas
 - Processo de articulação institucional e com o legislativo

Aspectos Metodológicos

- A inserção do Plano Diretor no Direito Urbanístico brasileiro
- Os instrumentos do Estatuto da Cidade e a relação com o Plano Diretor
 - Aspectos Jurídicos
- Conhecimentos Básicos para o Plano Diretor
 - Cadastros Multifuncionais
 - Sistema de Informação Geográfica
- Implementação do Plano Diretor
 - Dinâmica de grupo: Plano Diretor Participativo

Painel de exposição

- Os novos Planos Diretores – experiências do IBAM.

5.4.6 – CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO TRIBUTÁRIO DO PARANÁ

Com o tema Sistema Tributário e Segurança Jurídica: Federação e Tributação, foi realizado em Curitiba-PR no período de 30 de março a 1º de abril nas dependências da Estação Embratel Convention Center com a participação de renomados conferencistas brasileiros e estrangeiros abordando os seguintes temas:

- Reforma Tributária;
- ICMS/IVA – Tributação na Origem ou no Destino;
- Processo Judicial e Administrativo Tributário;
- A Constituição Federal e os Direitos Fundamentais do Contribuinte;
- Tributação Ambiental;
- Reflexos das Alterações do Código Civil no Direito Tributário;
- Contribuições Sociais;
- Planejamento Tributário;
- Transferência Fiscal e Tributação Internacional;
- Tributação Municipal: Aspectos controversos;
- O Ilícito Tributário e sua Sanção;
- Segurança Jurídica e Estado Fiscal.

Participou do evento o Secretário Executivo da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, Advogado Miguel Augusto Forbeck Faraco

5.4.7 – I CONGRESSO ESTADUAL DE GESTÃO PÚBLICO

Realizado em Florianópolis, no Centro de Convenções da Universidade Federal de Santa Catarina, nos dias 11 a 13 de abril, com a participação de Prefeitos, 1ª Damas, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, Vereadores, Secretários e Técnicos Municipais com a seguinte programação:

- As Relações Federativas, Competências, Avanços e Dificuldades do Movimento Municipalista;
- O Novo Papel do Prefeito na Promoção do Desenvolvimento Local;
- A Gestão Municipal: Atos de Improbidade Administrativa, Ética, Moralidade e Legalidade;
- A Administração Municipal e a Gestão de Compras: Conceitos, Legislação, Pregão Presencial e Eletrônico;
- Planejamento Governamental: Estratégias e Instrumentos de Planejamento, Controle e Gestão Fiscal Responsável;
- Tecnologias a Serviço dos Municípios: A Rede de Informações dos Municípios Catarinenses
- O Sistema Tributário Municipal: Competências, Capacidade Contributiva, Sistema de Fiscalização e Arrecadação;
- As políticas Nacional e Estadual de Planejamento Urbano e Saneamento: Competências, Ações Integradas, Ajustamento de Conduta;
- As Políticas Públicas de Assistência Social;
- A importância do Plano Diretor Municipal para o desenvolvimento sustentável territorial;
- Instrumentos Urbanísticos e Jurídicos do Estatuto das Cidades;
- Regularização fundiária: aspectos registrares, aspectos urbanísticos e ambientais;
- O Plano Diretor e a situação dos Municípios Catarinenses frente ao Estatuto da Cidade;
- Experiência na construção do Plano Diretor de São José;
- Cadastro Técnico Multifinalitário e Planta de Valores;
- Implantação do Cadastro Técnico Multifinalitário de Blumenau – SC;
- Gestão Compartilhada e Saneamento;
- Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do SUAS – Princípios, Diretrizes, Objetivos e Base Organizacional;
- O Sistema Único de Assistência Social: A Interface com as Políticas Públicas Setoriais e a Relação com a Educação, Saúde e Agricultura;
- O Papel das Primeiras Damas como agentes políticos – Comunicação com o Público – Psicóloga Motivacional;
- Seguridade Social e Financiamento;
- Assistência Social, Cidadania e Controle Social;
- A operacionalização do Programa Bolsa Família.

Representaram a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, o Presidente Vilmar Astrogildo Tuta de Souza, o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco e a Arquiteta Valesca Menezes Marques.

5.4.8 – CURSO “ SISTEMA DE CONTROLE INTERNO”

Realizado no auditório do Conselho Regional de Contabilidade em parceria com a Federação Catarinense de Municípios – FECAM, nos dias 21 e 22 de março visando a capacitação dos Controladores Internos da Região.

O curso foi ministrado pelo Assessor Técnico da Associação da Grande Florianópolis, Contador Gilberto Brasil e contou com a presença de 167 participantes dos vinte e dois municípios da Região, dentre eles, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Secretarias Municipais.

5.4.9 – CURSO “CAPACITAÇÃO DE GESTORES PÚBLICOS”

Realizado nas dependências do Centro de Treinamento da Prefeitura de Palhoça, destinado exclusivamente aos Agentes Políticos e Técnicos daquele Município, nos dias 05 e 06 de abril, sendo ministrado pelo Assessor Técnico da Associação dos Municípios, Contador Gilberto Brasil.

O evento contou com a presença de 61 (sessenta e um) participantes.

5.4.10 – CURSO SOBRE APLICAÇÃO FINANCEIRA PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA

Evento realizado nas dependências do Auditório Prefeito Acácio Garibaldi São Thiago na sede da GRANFPOLIS no dia 06 de abril, visando capacitar os Diretores e Conselheiros dos Institutos de Previdência dos Servidores Municipais, para a aplicação correta dos recursos financeiros dos referidos Institutos, sobre a coordenação da Advogada Andréa Cristine Krause, Consultora dos Institutos de Previdência.

Participaram do evento 18 (dezoito) representantes dos Institutos dos Municípios de Tijucas, Leoberto Leal, São Pedro de Alcântara, Biguaçu, Rancho Queimado, Nova Trento, São João Batista, Garopaba, Antônio Carlos, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas e Florianópolis.

5.4.11 – TREINAMENTO DO SISTEMA e-SFINGE

Evento realizado no Auditório do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no dia 29 de abril com a participação de representantes de 31 (trinta e um) Municípios da Grande Florianópolis e da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí – AMFRI.

Representaram a GRANFPOLIS os Contadores Gilberto Brasil e Luiz Antônio Gerardi.

5.4.12 – CURSO DE CAPACITAÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS

Realizado nas dependências do Hotel Cambirela em Florianópolis nos dias 03 e 04 de maio, sendo ministrado pelo Assessor Técnico da Associação, Contador Gilberto Brasil e destinado aos Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais, Contadores, Controladores Internos e Técnicos das Prefeituras e de Câmaras Municipais, abordando os principais aspectos da gestão pública municipal.

O evento contou com a presença de 134 participantes, representando 21 (vinte e um) Municípios da Região.

5.4.13 – CURSO PRÁTICO PARA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA

Realizado em duas turmas nos dias 10 e 11 de maio a primeira e 12 e 13 de maio a segunda, tendo por local o Centro de Eventos do Águas Mornas Palace Hotel, sendo ministrado pelo Professor Benedicto de Tolosa Filho, de São Paulo (ex-Procurador do Estado de São Paulo e Presi-

dente de diversas Comissões de Licitações, estaduais e municipais), autor de vários livros sobre o tema.

Foram abordados os seguintes tópicos:

- 1. Documentos necessários para a formalização do processo licitatório**
 - Convite
 - Tomada de Preços
 - Concorrência
- 2. Documentos necessários para dispensa e inexigibilidade de licitação**
- 3. Requisição do objeto**
- 4. Pesquisa de preço**
- 5. Autorização para abertura da licitação**
- 6. Elaboração do instrumento do convite e de editais para tomada de preço e concorrência**
- 7. Elaboração do instrumento de contrato**
- 8. Parecer jurídico**
- 9. Publicidade do convite e dos editais**
 - Publicação e afixação
 - Formas de comprovação
- 10. Retificação do convite e dos editais**
 - Publicidade
- 11. Designação da comissão de julgamento da licitação**
 - Quem pode participar
 - Competências e responsabilidades dos membros
- 12. Impugnação do edital**
 - Como agir
 - Como responder
- 13. Sessão de abertura dos envelopes**
- 14. Fases da Licitação**
 - Técnicas para análise e julgamento dos documentos de habilitação
 - Técnicas para análise e julgamento da proposta de preço
 - Habilitação/Inabilitação – Classificação e desclassificação das propostas
- 15. Julgamento da fase técnica das licitações dos tipos de melhor técnica e técnica e preço**
- 16. Elaboração das atas**
 - Publicidade dos atos da comissão
- 17. Recursos administrativos**
 - Efeitos: suspensivo e devolutivo
- 18. Homologação do procedimento licitatório**
- 19. Adjudicação do objeto da licitação**
- 20. Contratos**
 - Cláusulas necessárias
 - publicidade
 - Prorrogação do prazo
 - Aditamentos
 - Rescisão e recebimento do objeto
- 21. Pagamento do objeto do contrato**
- 22. Arquivamento do processo**
- 23. Noções gerais de pregão**
 - Conhecendo alguns passos do Pregão

Participaram do evento 139 Técnicos representando os 22 (vinte e dois) Municípios da Região.

5.4.14 – REUNIÃO DO COLEGIADO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE

Atendendo convite do Presidente do Colegiado, o Secretário Executivo da Associação Miguel Augusto Forbeck Faraco esteve participando da reunião no dia 19 de maio em Rancho Queimado, que teve como tema principal a discussão sobre a Lei N° 284 e os Serviços de Média e Alta Complexidade da Saúde.

Na ocasião foi aprovada moção no sentido de que a Associação crie uma Assessoria na área da saúde.

5.4.15 – TREINAMENTO SOBRE “CADASTRAMENTO ÚNICO”

Em parceria com a Caixa Econômica Federal, Governo do Estado, a Associação promoveu no dia 16 de maio, no Centro de Tecnologia em Automação e Informática – CTAI/SENAI em Florianópolis, capacitação de gestores e técnicos municipais na área de Assistência Social, dividindo os trabalhos em duas etapas:

- **no período da manhã**, a capacitação institucional realizada por técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social, Governo do Estado de Santa Catarina e Caixa Econômica Federal;
- **no período da tarde**, a capacitação operacional, realizada no laboratório de informática.

Representaram a GRANFPOLIS no evento o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco e a Assistente Social Kelly Cristina Wehmuth, registrando ainda a presença de 88 representantes dos 22 (vinte e dois) Municípios da Microrregião.

5.4.16 – SEMINÁRIO “IMPLANTAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE DOS MUNICÍPIOS CATARIENSES: REFLEXOS E PRÁTICAS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE”

Evento realizado sob os auspícios do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Santa Catarina, nos dias 08 e 09 de junho no auditório das Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A, em Florianópolis, destinado aos profissionais da área de arquitetura e urbanismo e técnicos responsáveis pelo planejamento urbano nos Municípios.

Participou do evento na condição de Convidada Especial a Arquiteta e Urbanista da GRANFPOLIS, Valesca Menezes Marques.

Os temas em discussão no evento foram os seguintes:

- **1º DIA** – O Papel das Entidades Envolvidas no Processo;
- **2º DIA** – Reconhecendo os Desafios
 - Palestra – Planos Diretores municipais em áreas metropolitanas;
 - A experiência do processo de implantação do Plano Diretor de São José;
 - Teoria e prática do urbanismo na elaboração de Planos Diretores participativos;
 - A experiência do processo de implantação do Plano Diretor de Chapecó.

5.4.17– ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM

Realizada em Brasília, no dia 01 de junho, tendo por local o auditório da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal para prestar informações a respeito dos seguintes temas:

- A estrutura da CNM e a relação com as entidades estaduais de Municípios;

- Projetos de Lei em Tramitação no Congresso Nacional

- a) Proposta de Emenda Constitucional N° 285/2004 (Reforma Tributária)
- b) Projeto de Resolução do Senado N° 57/2003 (Dívida Ativa)
- c) Projeto de Lei Complementar N° 183/2001 (ISS)
- d) Projeto de Lei Complementar N° 128/2003 (ISS)
- e) OF "S" N° 25/2005 (ISS)
- f) Proposta da Emenda Constitucional do FUNDEB
- g) Proposta de Emenda Constitucional N° 393/2005 (educação infantil)
- h) Projeto de Lei da Política Nacional de Saneamento
- i) Projeto de Lei Complementar N° 01/2003 (saúde)
- j) Projeto de Lei N° 2310/2005 (ITR)
- k) Proposta de Emenda Constitucional N° 320/96 (julgamento prefeitos)
- l) Proposta de Emenda Constitucional N° 296/2005 (número de vereadores)
- m) Proposta de Emenda Constitucional N° 342/2004 (revoga CIP)
- n) Projeto de Lei N° 36/2004 (Habitação)
- o) Proposta de Emenda Constitucional N° 12/2004 (criação de Municípios)
- p) Proposta de Emenda Constitucional N° 534/2002 (guardas municipais)
- q) Projeto de Lei Complementar N° 145/2004 (FPM)
- r) Projeto de Lei N° 2230/2003 (isenção de IPI para máquinas e equipamentos)
- s) Projeto de Lei N° 3744/2000 (cria o comitê gestor da LRF)
- t) proposta de Emenda Constitucional N° 375/2005 (diminui o repasse para as Câmaras de Vereadores)
- u) Projeto de Lei do Senado N° 61/2002 (altera os limites de licitação)

- Discussão da estratégia de ação do movimento municipalista para a defesa dos interesses dos Municípios nos projetos apresentados

- a) Nomeação e atuação de conselheiros da CNM nos Conselhos Nacionais que a entidade tem assento (CONAMA, CONDRAF, CONSEA, CONCIDADES, CONAPREV, CONSELHO DE TURISMO, CNPS e CDES)
- b) Indicações para as comissões de prefeitos da CNM (Educação, Saúde, Planejamento Urbano, Turismo, Agricultura, Trânsito, Finanças, Previdência, Tecnologia, Meio Ambiente)
- c) o trabalho da CNM junto a Subcomissão de Assuntos Municipais no Senado Federal
- d) Mobilização: realização de Seminário no Rio de Janeiro para discussão do movimento municipalista em agosto e mobilização em Brasília em junho para pressionar a votação da Reforma Tributária.

Participaram do evento o Presidente Vilmar Astrogildo Tuta de Souza e o Secretário Miguel Augusto Forbeck Faraco.

5.4.18 – CURSO SOBRE GESTÃO URBANA

Numa promoção da Câmara dos Deputados, foi realizado em Brasília no Auditório Nereu Ramos, na Câmara Federal nos dias 01 e 02 de junho, abordando os seguintes temas:

- A NOVA ORDEM JURÍDICO-URBANÍSTICA NO BRASIL

- 1º Painel - Os Processos Sociais no Planejamento e Gestão das Cidades
- 2º Painel - Planos Diretores e Instrumentos de Gestão Urbana
- 3º Painel - IPTU e outros Instrumentos Fiscais: Experiências e Desafios

O evento contou com a participação de técnicos do Canadá, Inglaterra, Holanda e Alemanha, tendo representado a Associação, o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

5.4.19 – CURSO “PLANEJAMENTO MUNICIPAL: PPA – LDO”

Evento promovido pela Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis – GRANFPOLIS em parceria com a Federação Catarinense de Municípios – FECAM, realizado no dia 07 de junho, tendo por local o Auditório do Conselho Regional de Contabilidade, sendo ministrado pelo Assessor Técnico da GRANFPOLIS, Contador Gilberto Brasil, contando com a presença de 113 representantes dos 22 (vinte e dois) Municípios da Microrregião, sendo abordados os seguintes tópicos:

1. Instrumentos de Planejamento

- 1.1. Plano Plurianual - PPA
- 1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
- 1.3. Lei Orçamentária Anual - LOA

2. Alterações Oriundas da Portaria STN 303/05

- 2.1. Destinação da Receita Pública
- 2.2. Dedução da Receita Pública
 - 2.2.1. Restituição de Receitas Públicas
 - 2.2.2. Contabilização da Renúncia de Receita
 - 2.2.3. Contabilização do Redutor e Ganho Financeiro do FPM

3. Plano Plurianual

- 3.1. Modelos de Projeto de Lei
- 3.2. Anexos

4. Lei de Diretrizes Orçamentárias

- 4.1. Modelo de Projeto de Lei
- 4.2. Anexos

5.4.20 – SEMINÁRIO: “QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS: CONTRIBUIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE E GESTÃO MUNICIPAL”

Evento realizado nesta Capital, no dia 08 de junho, tendo por local o auditório da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, uma promoção do Tribunal de Contas da União – Secretaria Geral de Controle Externo e Secretaria de Controle Externo – SC com o apoio da Federação Catarinense de Municípios – FECAM e das Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina, abordando os seguintes temas:

- **Estrutura de Controle**
- **Processo no TCU**
- **Licitações e Obras Públicas**
 - Licitações e Contratos Administrativos
 - Obras Públicas
- **Convênios e outras transferências governamentais**
- **Educação Fiscal para a Cidadania**

- **Conhecendo a CGC e o Controle Social na capacitação de agentes locais**
- **O controle externo no TCE.**

Além dos representantes do TCU, participaram na condição de palestrantes representantes da Receita Federal, Ministério Público da União, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Representaram a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, o Presidente Vilmar Astrogildo Tuta de Souza e o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco, que se fizeram acompanhar por vários Prefeitos e Técnicos Municipais da Região.

5.4.21 – OFICINA COM OS MUNICÍPIOS

Evento realizado em Florianópolis, no dia 15 de junho, tendo por local o Auditório do Centro de Tecnologia em Automação e Informática CTAI/SENAI, destinado a capacitar os servidores da Associação e dos Municípios, uma promoção da Caixa Econômica Federal em parceria com a GRANFPOLIS, e focado para as áreas operacional, Engenharia e Social, sendo abordados os seguintes temas:

Período da manhã:

- Captação de Recursos/Principais Programas operados pela Caixa Econômica Federal a serem oferecidos aos Municípios;
- Operacionalização dos Programas do Orçamento Geral da União/FGTS e outros;

Período da tarde:

- Apresentação Técnica da Área Social;
- Apresentação Técnica sobre Gestão Urbana/Plano Diretor;
- Apresentação Técnica da Área de Engenharia.

Representaram a Associação no evento o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco, Engenheiro Civil João Augusto Demaria da Silveira, Arquiteta e Urbanista Valesca Menezes Marques e a Assistente Social Kelly Cristina Welmuth.

5.4.22 – CURSO: “RETENÇÃO DE INSS E IMPOSTO DE RENDA”

Evento realizado nos dias 27 e 28 de junho, em Florianópolis, nas dependências do Conselho Regional de Contabilidade, sendo ministrado pelos Senhores: Eraldo Rogério Consorte, Advogado, Consultor Jurídico especialista nas áreas Trabalhista e Previdenciária, ex-Consultor do IOB e Luiz Augusto de Souza Gonçalves, Auditor Fiscal, Chefe da Seção de Fiscalização da Delegacia da Receita Federal em Florianópolis.

Do programa constaram os seguintes temas:

1) RETENÇÃO 11% - INSS

Módulo I – Prestador de Serviço Pessoa Física - Autônomo

- Espécie de segurados: obrigatórios e facultativos;
- Custeio da Seguridade Social pelos Contribuintes individuais e Segurados Facultativos;
- Alterações decorrentes com a Lei nº10.666/2003, Decreto nº 4.729/2003 e Instrução Normativa nº 100/2003;
- Cooperativas;
- Obrigações Previdenciária;
- Recolhimentos – competência;

- Recolhimento fora do prazo.

Módulo II – Cessão e Empreitada de Mão de Obra – Pessoa Jurídica

- Histórico;
- Conceitos;
- Serviços sujeitos a retenção;
- Da Dispensa da Retenção;
- Decisão Judicial – Liminares;
- Deduções da base de cálculo da Mão de Obra;
- Procedimentos Legais da Retenção e Recolhimento;
- Da Compensação e da Restituição dos Valores Retidos;
- Obrigações Previdenciárias – Empresas em Geral;
- Obrigações Previdenciárias – Construção Civil;
- Trabalho em condições especiais – Retenção acréscimo de alíquotas;
- Fiscalização e Penalidades;

2) RETENÇÃO IMPOSTO DE RENDA

- Serviços prestados de Pessoa Jurídicas para o Município;
- Incidência e fato gerador;
- Lista dos serviços alcançados art. 647 do RIR/99;
- Alíquota – Serviços de limpeza e conservação de bens imóveis, segurança vigilância e locação de mão-de-obra;
- Serviços de propaganda e publicidade;
- Cooperativas de trabalho, associações de profissionais ou assemelhados;
- Serviços prestados por sociedade civil ligada à fonte pagadora;
- Compensação do Imposto Retido na Fonte;
- Pessoa Jurídica Imune ou Isenta;
- Exclusões da base de cálculo;
- Rendimentos pago a pessoas físicas;
- Tabela Progressiva;
- Rendimentos Isentos;
- Deduções admitidas;
- Aluguéis de Imóveis;
- Mais de um pagamento no mesmo mês;
- Rendimentos recebidos acumuladamente;
- Responsabilidade pela retenção;
- Dever de recolher o imposto não retido;
- Cessaçãõ da responsabilidade da fonte pelo recolhimento;
- Reajustamento da base de cálculo;
- Firma Individual;
- Equiparação de pessoa física à pessoa jurídica;
- RPA – Comprovante de rendimentos pagos e de retenção do imposto de renda na fonte;
- Pagamento do Imposto Retido;
- Valor inferior a R\$ 10,00;
- Códigos da DARF;
- Pagamento fora do prazo – DIRF – DCTF;
- Microempresas e Empresas de Pequeno Porte EPP;

Participaram do evento representado a Associação, o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco e os Contadores Gilberto Brasil e Luiz Antônio Gerardi e os Municípios filiados na sua totalidade (22) se fizeram representar por 104 técnicos responsáveis pelas áreas de Recursos Humanos e Contabilidade das Prefeituras.

5.4.23 – TREINAMENTO SOBRE “NOVO CADASTRO DE NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR RURAL”

Evento promovido pela Secretaria de Estado da Fazenda em parceria com GRANFPOLIS, no dia 28 de junho, no auditório da Escola Fazendária em Florianópolis, objetivando dar conhecimento aos técnicos municipais sobre a nova modalidade de cadastro e de emissão das notas de produtor rural a ser implantado nos Municípios conveniados com a Secretaria.

Na oportunidade se fizeram representar 18 (dezoito) Municípios com 24 (vinte e quatro) técnicos, sendo a Associação representada pelo Contador Luiz Antônio Gerardi, responsável pelo Setor do Movimento Econômico.

5.4.24 – I CICLO DE ESTUDOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

- Rotinas para Cálculos de Aposentadorias e Pensões no Serviço Público – 30/06 e 28/07

Realizado em parceria com a Gerência de Capacitação e apoio ao Servidor da Câmara Municipal de Florianópolis, tendo abordado o tema a Consultora Previdenciária da Associação, Advogada Andréa Cristine Krause.

- Tópicos sobre Controle Interno – 26/08

Tema abordado pelo Assessor Técnico da Associação, Contador Gilberto Brasil.

- Aposentadoria por Tempo de Contribuição – 30/09

Tema abordado pela Consultora Previdenciária da Associação, Advogada Andréa Cristine Krause.

- Noções de Orçamento Municipal e Leis Instrumentares – 04/10

Tema abordado pelo Assessor Técnico da Associação, Contador Gilberto Brasil.

- Aspectos controversos da Lei de Responsabilidade Fiscal - 07/07

Tema abordado pelo Assessor da Procuradoria Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, Economista José Ademir Deschamps, ex-Assessor Técnico da Associação.

No referido ciclo foram capacitados cerca de 150 servidores do Poder Legislativo da Capital

5.4.25 – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS

Por convocação do Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, Prefeito Neodi Saretta, foi realizada a Assembléia Geral Ordinária no dia 04 de julho, tendo por local o Auditório Egon Freitag da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, em Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

- Apresentação do Projeto de Inclusão Digital nas Escolas Públicas Municipais – FA-PESC;
- Exposição e debates sobre o Projeto de Emenda Constitucional do FUNDEB e da Educação Infantil;
- Exposição e debates sobre a Pauta Municipalista e a Proposta de Emenda Constitucional da Reforma Tributária;
- Apresentação de Áudio Visual, Revista comemorativa aos 25 anos da Federação Catarinense de Municípios – FECAM;
- Palestra: Representação Política e Partidos Políticos no Brasil.

Na ocasião foram homenageados 08 (oito) personalidades que dedicaram esforços em prol do Municipalismo Catarinense e Brasileiro, dentre eles o Secretário Executivo da GRANFPOLIS,

Miguel Augusto Forbeck Faraco, por seus 31 (trinta e um) anos de serviços prestados a Associação e 18 anos prestados à Federação Catarinense de Municípios – FECAM.

Representaram a Associação, o Presidente da Associação, Vilmar Astrogildo Tuta de Souza e o Secretário Executivo, Miguel Augusto Forbeck Faraco, acompanhados de diversos Prefeitos Municipais da Região.

5.4.26 – CURSO “ATUALIZAÇÃO EM LEGISLAÇÃO DE PESSOAL”

Evento realizado nos dias 16 e 17 de agosto, no Centro de Convenção do Águas Mornas Palace Hotel, sendo ministrado pelo Assessor Jurídico da GRANFPOLIS, Advogado Waldir Gorges Alves, que abordou os seguintes temas:

- 1 – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS**
- 2 – INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO**
 - 2.1 – Processo Seletivo Simplificado;
 - 2.2 – Concurso Público:
 - 2.1.1 – Regulamento;
 - 2.2.2 – Edital;
 - 2.2.3 – Direito à nomeação e posse;
 - 2.3 – Estágio Probatório, Efetividade e Estabilidade.
- 3 – CARGO PÚBLICO**
 - 3.1 – Atribuições;
 - 3.2 – Desvio de Função;
 - 3.3 – Remuneração, Gratificação, Revisão Geral Anual e Efeito Cascata;
 - 3.4 – Jornada de Trabalho;
 - 3.5 – Acumulação de Cargos;
 - 3.6 – Férias: Abono e Adicional;
 - 3.7 – Criação, Extinção, Desnecessidade e Disponibilidade;
 - 3.8 – Décimo Terceiro Vencimento;
 - 3.9 – Férias e Décimo Terceiro Vencimento Proporcionais.
- 4 – CARREIRA PROFISSIONAL**
 - 4.1 – Instituição de Cargo Isolado e Cargo em Carreira;
 - 4.2 – Regulamentação da Progressão Funcional;
 - 4.3 – Avaliação de Desempenho.
- 5 – DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO**
 - 5.1 – Sindicância;
 - 5.2 – Processo Administrativo Disciplinar
- 6 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**
 - 6.1 – Estágio Probatório;
 - 6.2 – Progressão Funcional;
 - 6.3 – Despedida de Servidor Estável.

Participaram do curso 58 (cinquenta e oito) técnicos das Prefeituras e Câmaras Municipais da Região, representando os 22 (vinte e dois) Municípios.

5.4.27– OFICINAS REGIONAIS DE MULTIPLICADORES – Plano Diretor Participativo – Regularização Fundiária Sustentável

Evento promovido pelo Ministério das Cidades, com o apoio da Fundação Universitária de Brasília – FUBRA e da Caixa Econômica Federal, realizada em Joinville, nos dias 18 e 19 de julho, com o seguinte temário:

- Estatuto da Cidade e Nova Concepção de Plano Diretor;

- Conteúdo Básico do Plano Diretor Participativo;
- Elaboração e Implementação do Plano Diretor Participativo;
- Plano Diretor Participativo e Gestão Social da Valorização da Terra;
- Plano Diretor Participativo e Inclusão Territorial;
- Procedimentos e Instrumentos de Regularização Fundiária Sustentável.

Participou do evento representando a GRANFPOLIS, a Arquiteta e Urbanista Valesca Menezes Marques.

5.4.28 – CONFERÊNCIA DE FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO MUNICIPALISTA BRASILEIRO

Evento realizado pela Confederação Nacional de Municípios – CNM no Rio de Janeiro, no Centro de Convenções do Rio Othon Palace Hotel, no período de 24 a 26 de agosto, com o seguinte temário:

- 1 – Histórico do movimento municipalista;
 - As conquistas e os ganhos políticos e financeiro para os Municípios
 - Apresentação dos principais temas junto ao Governo Federal 2005/2006
- 2 – Projetos de interesse dos Municípios em tramitação no Congresso Nacional;
- 3 – Articulação do Movimento Municipalista
- 4 – Realização de uma grande mobilização em Brasília para votação da Reforma Tributária;
- 5 – Regulamentação do ITR
- 6 – Integração das Ações da CNM com as Entidades Estaduais;
- 7 – O Papel do Agente Político e suas Responsabilidades;
- 8 – Os principais focos de punições para gestores municipais;
- 9 – Meio Ambiente;
- 10 – Programas Federais e Estaduais;
- 11 – Lei de Responsabilidade Fiscal;
- 12 – O relacionamento dos Municípios com os órgãos de controle externo;
- 13 – Controladoria Geral da União;
- 14 – Ministério Público;
- 15 – Órgão de Controle Interno;
- 16 – Discussão da PEC N° 320/1996 que cria o duplo grau de jurisdição para defesa do agente político;
- 17 – Criação de um fundo para defesa dos agentes políticos;
- 18 – O Movimento Municipalista e a Divulgação Institucional;
- 19 – Educação: financiamento da educação básica – FUNDEB;
- 20 – Saúde: Regulamentação da Emenda Constitucional 29/2000 que trata da vinculação de recursos para a saúde;
- 21 – Finanças: Reforma Tributária;
- 22 – Discussão da IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios;
- 23 – Medidas para Gerar Economia nos Municípios;
- 24 – Projetos da CNM para os Municípios;
 - Pregão Eletrônico
 - Previdência
 - Sistema de Gestão
 - Acesso à Internet via satélite
 - Portal Municipal.

Representaram a Associação dos Municípios, no referido evento o Presidente Vilmar Astrogildo Tuta de Souza, Prefeito Municipal de Biquaçu e o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco, que se fizeram acompanhar por Prefeitos e Vereadores dos Municípios de Águas Mornas, Alfredo Wagner, Antônio Carlos, Canelinha, Garopaba, Governador Celso Ramos, Paulo Lopes, Leoberto Leal, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz e São Bonifácio.

5.4.29 – II CONGRESSO CATARINENSE DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE FINANÇAS, CONTADORES E CONTROLADORES INTERNOS

Realizado em Balneário Camboriú, nos dias 15 e 16 de setembro, promovido pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM, com o apoio das Associações de Municípios para debater os seguintes temas:

- Controle Interno, Controle Externo e Tramitação de Processos junto ao TCE;
- Principais conquistas do Colegiado Estadual de Contadores e a Valorização dos Colegiados Regionais;
- Planejamento Municipal;
- Responsabilidade solidária dos agentes públicos;
- Dimensão Jurídica dos Processos Licitatórios/Pregão;
- Valorização da Receita Própria;
- Incidência do ISS/Procedimentos para cobrança do ITR pelos Municípios;
- Renúncia de Receitas e Crimes contra a ordem tributária;
- Fundosocial – FADESC – Cadastro Eletrônico de Produtor Rural;
- Lançamento do Portal dos municípios e integração com a RedeCIM – FECAM;
- Os rumos da contabilidade pública no Brasil, Destinação de Recursos Portaria nº 303 STN;
- Normas de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.

Representaram a Associação de Municípios, o Presidente Vilmar Astrogildo Tuta de Souza e o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco, acompanhados de vários Prefeitos da Região.

5.4.30 – TREINAMENTO BETHA SISTEMAS/ e-SFINGE – FOLHA DE PAGAMENTO

Realizado em Florianópolis, no dia 21 de setembro na sede da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, visando repassar informações sobre a implantação da Folha de Pagamento nos moldes exigidos pelo e-SFINGE do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

O treinamento foi realizado pelos técnicos da BETHA SISTEMAS e contou com a participação dos Assessores Técnicos da Associação, Contador Gilberto Brasil e Luiz Antônio Gerardi.

Compareceram 43 (quarenta e três) técnicos, representando as 22 (vinte e duas) Prefeituras e Câmaras Municipais da Região.

5.4.31 – TREINAMENTO BETHA SISTEMAS/CONTABILIDADE E COMPRAS

Realizado em Florianópolis, nos dias 22 e 23 de setembro na sede da GRANFPOLIS, visando repassar informações sobre a implantação da Contabilidade e do Sistema de Compras nos moldes exigidos pelo e-SFINGE do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

O Treinamento foi ministrado por técnicos da BETHA SISTEMAS e pelo Assessor Técnico da Associação, Contador Gilberto Brasil.

Compareceram 46 (quarenta e seis) técnicos, representando 22 Municípios da Região.

5.4.32 – TREINAMENTO SOBRE A GERAÇÃO DE DADOS PARA O SISTEMA e-SFINGE/TCE-SC

Realizado em Florianópolis, no dia 20 de outubro, no Auditório do Conselho Regional de Contabilidade, sendo ministrado pelo Assessor Técnico da Associação, Contador Gilberto Brasil, contando com a colaboração de Técnicos da BETHA SISTEMAS e do Tribunal de Contas do Estado.

5.4.33 – V ENCONTRO DE SECRETÁRIOS EXECUTIVOS DE ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA

Evento realizado nos dias 20 e 21 de outubro no Eco Hotel Arraial de Ouro em Gaspar, com a seguinte programação:

- Regimes Próprios de Previdência Municipal: Base Constitucional, Legislação, competências e obrigatoriedade de adoção pelos Municípios;
- Debates, interação, implantação e estratégias de implantação mediante convênio de cooperação – Associações de Municípios;
- Compensação, Cálculo Atuarial e Restituição de Valores Arrecadação pagos pelos Agentes Políticos;
- Rede Catarinense de Informações Municipais – RedeCIM – Estratégias de implantação do Portal dos Municípios e cooperação técnica com as Associações de Municípios de Santa Catarina – FECAM;
- Movimento Econômico: Portaria 137, publicação dos índices, Projeto de Lei do ICMS Ecológico, Alteração da LC nº 63/90 – Debates com técnicos da Associação dos Municípios Produtores;
- Multas aplicadas aos Municípios por descumprimento da norma legal, contratação de agentes de saúde e certidão de análise de benefícios para concessão de aposentadorias – TCE/SC;
- Consórcios Públicos – Credenciamento na SES/SC.

Participou do evento o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

5.4.34 – XIX CONGRESSO BRASILEIRO DO DIREITO TRIBUTÁRIO

Evento realizado nos dias 26, 27 e 28 de outubro em São Paulo, promovido pelo Instituto Geraldo Ataliba – EDEPE e pelo Instituto Internacional de Direito Público e Empresarial.

Na ocasião foram abordados os seguintes temas:

- Ordem Tributária e Interdisciplinariedade;
- Processo Judicial e Procedimento Administrativo;
- Contribuições;
- Tributos Estaduais e Municipais;
- Alterações no Código Tributário Nacional e Compensação;
- República e Constituição Federal

Dentre os palestrantes destacamos: Dr. Paulo de Barros Carvalho; Elizabeth Nazar Carraja; Regina Helena Costa; Roque Antônio Carraja; Aires Barreto; Mizabel Derzi e os Ministros Carlos Mário Velloso do Supremo Tribunal Federal; João Otávio Noronha e José Delgado do Superior Tribunal de Justiça.

Participou do evento o Secretário Executivo da Associação, Advogado Miguel Augusto Forbeck Faraco.

5.4.35 – CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIRO E TREINAMENTO SOBRE PREGÃO ELETRÔNICO

Realizado em Canelinha nos dias 03, 04 de novembro em parceria com a Federação Catarinense de Municípios – FECAM, visando capacitar técnicos municipais para a realização de Pregões, atendendo o disposto no Decreto nº 5.504 de 05/08/2005.

O evento foi desenvolvido no Centro Municipal de Arte e Administração, contando com a participação de 17 técnicos representando 08 (oito) Municípios da Região, sendo abordados pelos Ministrantes Doutor Joel de Menezes Niebuhr e Advogado Edinando Luiz Brustolin, os seguintes tópicos:

Curso de Formação de Pregoeiro

- O que é Pregão; Histórico
- Bem e serviço comum; Agentes envolvidos no Pregão
- Fase interna; Publicidade do Edital
- Impugnação ao Edital; Procedimentos preliminares ao Julgamento
- Julgamento; Análise e aceitabilidade das propostas; Habilitação
- Recurso, Adjudicação e homologação

Treinamento sobre Pregão Eletrônico

- Apresentação do portal de compras eletrônicas - **Cidadecompras**
- Demonstração para criação, manutenção, abertura, adjudicação e homologação de pregão eletrônico no portal - Cidadecompras
- Demonstração para criação, manutenção, adjudicação e homologação de cotação eletrônica
- Divisão de turma em pregoeiros e fornecedores para simulação de pregão eletrônico
- Inversão de pregoeiros e fornecedores para simulação de novo pregão eletrônico
- Simulação de cotação eletrônica

5.4.36 – FEIRA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – FENAP 2005

Evento realizado no período de 23 a 25 de novembro na cidade de Uberlândia – Minas Gerais, tendo por local o Centro de Convenção do Plaza Shopping Hotel, sendo abordados os seguintes temas:

- Servidores Públicos Municipais Uma Política de Pessoal – Contratos Temporários, Regime Jurídico, Cargos e Funções e Concurso Público;
- O Pregão Eletrônico com eficiência e economia na Administração Pública;
- Gestão da PPP – Desenvolvimento Integrado e sua Exploração Econômico-Financeira;
- Sistema Único de Assistência Social – uma proposta de construção;
- Atos de Improbidade Administrativa;
- Responsabilidade Civil do Estado;
- Crimes Ambientais;
- Orçamento Público e Controle Social;
- Transparência e Economia nas Compras Públicas;
- Planos Diretores e o Estatuto da Cidade – Uma necessidade Municipal;
- Controle Jurisdicional dos atos administrativos e o papel do Ministério Público;
- O Controle Interno e Externo na Administração Pública;
- Os Consórcios Públicos Municipais;
- Programas de Valorização do Ensino e
- A Redução da Carga Tributária e Aumento de Arrecadação.

Participaram do evento representando a Associação o Presidente Vilmar Astrogildo Tuta de Souza, Prefeito Municipal de Biguaçu e Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

5.5 - MOVIMENTO ECONÔMICO

No decorrer do exercício de 2005, foram realizadas reuniões com os técnicos das Prefeituras Municipais responsáveis pelo Movimento Econômico, com a finalidade de prestar orientações sobre os procedimentos relativos aos trabalhos de levantamento e análise dos dados fornecidos pelas empresas e pelos agricultores de cada Município da Microrregião.

A Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis – GRANFPOLIS participou ativamente através de seus representantes credenciados do Grupo de Trabalho instituído por Portaria do Secretário de Estado da Fazenda, em cursos, reuniões, treinamentos para análise dos valores encaminhados pelas empresas comerciais e industriais e agricultores, fixando finalmente os índices definitivos de retorno do ICMS para o exercício de 2006, através da publicação dos mesmos no Diário Oficial do Estado em 16 de dezembro de 2005, após a apresentação e julgamento dos recursos em 1ª e 2ª Instâncias.

Por fim, podemos afirmar que todo o esforço realizado no ano de 2005 foi compensador pois levou a Região a obter um crescimento de 3,66%, mantendo a tendência de aumento verificada desde 2003, com a GRANFPOLIS permanecendo em 3º lugar dentre as 21 Associações de Municípios, conforme poderá ser observado nos quadros e gráficos a seguir:

ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS
GRANFPOLIS

ÍNDICES DEFINITIVOS REFERENTES A PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PRODUTO
DA ARRECADAÇÃO DO ICMS PARA O EXERCÍCIO DE 2006

BASE : ANOS 2003 e 2004 - APURAÇÃO 2005

EXERCÍCIO : 2006

MUNICÍPIO	TOTAL VALOR ADICIONADO/03 R\$	PARTICIPAÇÃO RELATIVA 2003	TOTAL VALOR ADICIONADO/04 R\$	PARTICIPAÇÃO RELATIVA 2004	ÍNDICES PARA 2006
ÁGUAS MORNAS	11.381.303	0,02568	15.033.070	0,02798	0,07400
ALFREDO WAGNER	44.223.443	0,09976	69.570.236	0,12950	0,14863
ANGELINA	10.298.190	0,02323	15.110.414	0,02813	0,07302
ANITÁPOLIS	6.586.503	0,01486	7.936.049	0,01477	0,06379
ANTÔNIO CARLOS	106.674.851	0,24065	92.373.683	0,17195	0,22655
BIGUAÇU	644.039.026	1,45290	913.126.524	1,69974	1,39107
CANELINHA	22.819.265	0,05148	27.213.743	0,05066	0,09460
FLORIANÓPOLIS	1.786.145.430	4,02939	2.258.092.141	4,20334	3,55011
GAROPABA	36.998.117	0,08346	62.239.759	0,11586	0,13591
GOV.CELSO RAMOS	14.458.138	0,03262	17.201.568	0,03202	0,07867
LEOBERTO LEAL	14.804.183	0,03340	20.780.616	0,03868	0,08183
MAJOR GERCINO	8.278.681	0,01868	12.580.946	0,02342	0,06909
NOVA TRENTO	32.732.207	0,07384	42.187.668	0,07853	0,11596
PALHOÇA	245.331.525	0,55345	279.546.658	0,52036	0,50757
PAULO LOPES	16.972.981	0,03829	17.990.967	0,03349	0,08170
RANCHO QUEIMADO	7.976.181	0,01799	11.819.969	0,02200	0,06819
STO AMARO IMPERATRIZ	31.113.663	0,07019	35.419.503	0,06593	0,10905
SÃO BONIFÁCIO	7.500.397	0,01692	10.777.062	0,02006	0,06691
SÃO JOÃO BATISTA	77.887.985	0,17571	109.574.453	0,20397	0,21256
SÃO JOSÉ	1.109.273.739	2,50242	1.325.149.964	2,46671	2,16308
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	4.167.455	0,00940	5.601.276	0,01043	0,05963
TIJUCAS	265.459.956	0,59885	277.010.232	0,51564	0,52486
TOTAL DA ASSOCIAÇÃO	4.505.123.219	10,16317	5.626.336.500	10,47317	9,89678

Granf/Tabelas Relatório/Relat3.XLS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS
GRANFPOLIS**

COMPARATIVO ENTRE ÍNDICE DE MUNICÍPIOS ANO 2006 E ANO 2005

VALOR FIXO/2006 = 15%

MUNICÍPIO	ÍNDICES ANO 2005	ÍNDICES ANO 2006	VARIAÇÃO %	VA+FIXO ANO 2005	VA+FIXO ANO 2006	VARIAÇÃO %
ÁGUAS MORNAS	0,02638	0,02683	1,71	0,07362	0,07400	0,52
ALFREDO WAGNER	0,09334	0,11463	22,81	0,13053	0,14863	13,87
ANGELINA	0,02249	0,02568	14,18	0,07031	0,07302	3,85
ANITÁPOLIS	0,01524	0,01482	-2,76	0,06415	0,06379	-0,56
ANTÔNIO CARLOS	0,22120	0,20630	-6,74	0,23921	0,22655	-5,29
BIGUAÇU	1,16172	1,57632	35,69	1,03866	1,39107	33,93
CANELINHA	0,05229	0,05107	-2,33	0,09564	0,09460	-1,09
FLORIANÓPOLIS	4,14962	4,11637	-0,80	3,57837	3,55011	-0,79
GAROPABA	0,07691	0,09966	29,58	0,11657	0,13591	16,59
GOV.CELSO RAMOS	0,03231	0,03232	0,03	0,07866	0,07867	0,01
LEOBERTO LEAL	0,03232	0,03604	11,51	0,07867	0,08183	4,02
MAJOR GERCINO	0,01884	0,02105	11,73	0,06721	0,06909	2,80
NOVA TRENTO	0,07145	0,07619	6,63	0,11193	0,11596	3,60
PALHOÇA	0,55195	0,53691	-2,72	0,52035	0,50757	-2,46
PAULO LOPES	0,04168	0,03589	-13,89	0,08662	0,08170	-5,68
RANCHO QUEIMADO	0,01551	0,02000	28,95	0,06438	0,06819	5,92
STO. AMARO DA IMPERATRIZ	0,07294	0,06806	-6,69	0,11319	0,10905	-3,66
SÃO BONIFÁCIO	0,01607	0,01849	15,06	0,06485	0,06691	3,18
SÃO JOÃO BATISTA	0,16388	0,18984	15,84	0,19049	0,21256	11,59
SÃO JOSÉ	2,48849	2,48457	-0,16	2,16641	2,16308	-0,15
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	0,00924	0,00992	7,36	0,05905	0,05963	0,98
TIJUCAS	0,61971	0,55725	-10,08	0,57795	0,52486	-9,19
TOTAL DA ASSOCIAÇÃO	9,95358	10,31821	3,66	9,58682	9,89678	3,23

Granf/Tabelas Relatório/Relat2.XLT

GRÁFICO - GRANF/TABELAS RELATÓRIO/RELAT2.XLT

**ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS
GRANFPOLIS**

**CLASSIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AOS ÍNDICES DE REPASSE AOS MUNICÍPIOS PARA O ANO
DE 2006**

BASE: ANOS 2003 E 2004 - APURAÇÃO 2005

MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO		ÍNDICE	VARIÇÃO %
	ESTADO	GRANFPOLIS		
FLORIANÓPOLIS	005	001	3,55011	-0,79
SÃO JOSÉ	006	002	2,16308	-0,15
BIGUAÇU	017	003	1,39107	33,93
TIJUCAS	038	004	0,52486	-9,19
PALHOÇA	040	005	0,50757	-2,46
ANTÔNIO CARLOS	080	006	0,22655	-5,29
SÃO JOÃO BATISTA	105	007	0,21256	11,59
ALFREDO WAGNER	153	008	0,14863	13,87
GAROPABA	171	009	0,13591	16,59
NOVA TRENTO	173	010	0,11596	3,60
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	176	011	0,10905	-3,66
CANELINHA	202	012	0,09460	-1,09
LEOBERTO LEAL	219	013	0,08183	4,02
PAULO LOPES	239	014	0,08170	-5,68
GOVERNADOR CELSO RAMOS	240	015	0,07867	0,01
ÁGUAS MORNAS	256	016	0,07400	0,52
ANGELINA	265	017	0,07302	3,85
MAJOR GERCINO	271	018	0,06909	2,80
RANCHO QUEIMADO	279	019	0,06819	5,92
SÃO BONIFÁCIO	281	020	0,06691	3,18
ANITÁPOLIS	283	021	0,06379	-0,56
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	292	022	0,05963	0,98
TOTAL			9,89678	1,65

Granf/Tabelas Relatório/Relat6.XLS

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES - PERÍODO DE 2002 A 2005 (EXERCÍCIO)

**ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS
GRANFPOLIS**

**ÍNDICES DEFINITIVOS REFERENTES A PARTICIPAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS
NO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS PARA O EXERCÍCIO DE 2006**

BASE : ANOS 2003 e 2004 - APURAÇÃO 2005

EXERCÍCIO : 2006

ASSOCIAÇÃO	TOTAL VALOR ADICIONADO/03 R\$	PARTICIPAÇÃO RELATIVA 2003	TOTAL VALOR ADICIONADO/04 R\$	PARTICIPAÇÃO RELATIVA 2004	ÍNDICE PARA 2006
A.M.U.N.E.S.C.	6.499.387.699	14,66204	7.733.149.081	14,39491	12,80996
A.M.M.V.I.	5.304.337.137	11,96611	6.150.892.075	11,44959	10,66844
GRANFPOLIS	4.505.123.219	10,16317	5.626.336.500	10,47317	9,89678
A.M.F.R.I.	3.465.852.261	7,81866	4.474.477.881	8,32908	7,42530
A.M.V.A.L.I.	2.727.960.472	6,15406	3.443.950.882	6,41076	5,69841
A.M.R.E.C.	2.516.458.876	5,67691	2.997.909.277	5,58047	5,34754
A.M.A.R.P.	2.470.828.943	5,57397	2.984.232.364	5,55501	5,65138
A.M.A.U.C.	2.406.387.340	5,42858	2.581.488.867	4,80531	5,16854
A.M.O.S.C.	1.932.513.890	4,35959	2.336.321.187	4,34897	4,72510
A.M.U.R.E.S.	1.942.348.766	4,38175	2.319.874.035	4,31832	4,61907
A.M.U.R.E.L.	1.746.639.163	3,94028	2.135.914.746	3,97592	4,23472
A.M.M.O.C.	1.584.769.120	3,57510	1.876.130.454	3,49230	3,66919
A.M.A.V.I.	1.425.259.224	3,21528	1.867.684.353	3,47661	4,27756
A.M.A.I.	1.230.089.433	2,77496	1.670.543.584	3,10965	3,32009
A.M.E.O.S.C.	1.017.852.740	2,29619	1.183.606.566	2,20323	2,88501
A.M.E.S.C.	872.781.624	1,96891	1.025.459.042	1,90883	2,41600
A.M.U.R.C.	744.283.814	1,67907	943.250.856	1,75581	1,81820
A.M.P.L.A.	600.770.201	1,35529	790.168.181	1,47086	1,40590
A.M.E.R.I.O.S.	602.295.540	1,35871	718.519.111	1,33752	1,96507
A.M.P.L.A.S.C.	427.724.586	0,96490	504.287.694	0,93870	1,16740
A.M.N.O.R.O.E.S.T.E.	304.292.055	0,68647	357.232.024	0,66498	0,83034
TOTAL DO ESTADO	44.327.956.103	100,00000	53.721.428.762	100,00000	100,00000

GRÁFICO - GRANF/TABELAS RELATÓRIO/RELAT5.XLS

6 - ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS

6.1 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, CONTÁBEIS, FINANCEIROS E DE INFORMÁTICA

Durante o exercício de 2005 os Sistemas de Controle Interno, implantados nos Municípios continuaram a ganhar especial atenção por parte da Assessoria para Assuntos Administrativos, Contábeis e Financeiros.

A grande novidade implementada neste ano foi a implantação do Sistema e-SFINGE do Tribunal de Contas do Estado, que ficou sob a coordenação dos Sistemas de Controle Interno dos Municípios.

A Associação promoveu treinamentos sobre as rotinas e procedimentos de controle interno, bem como, desenvolveu roteiro e capacitou os servidores municipais para gerarem as informações para o novo sistema de coleta de dados do Tribunal de Contas.

O início das administrações municipais em 2005, muitas renovadas, foi um dos principais motivos que levou a Granfpolis a promover um curso sobre capacitação de gestores municipais, abordando assuntos do cotidiano do Município e tendo como público alvo Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e demais servidores.

Os Municípios de Palhoça, Nova Trento e Tijucas receberam da Associação treinamentos exclusivos para seus servidores municipais.

Relativamente as contas de 2004, respondemos diversos relatórios de Municípios emitidos pelo Tribunal de Contas e fechamos o exercício com 17 recomendações pela aprovação das contas e 5 pela rejeição. Destas últimas a Granfpolis fica a disposição para auxiliar nos pedidos de reapreciação.

A Associação dos Municípios continuou participando do Colegiado de Contadores da Fecam que conseguiu uniformizar vários entendimentos entre Secretaria do Tesouro Nacional, Tribunal de Contas e Municípios.

Foi implantado, em 2005 o colegiado de controladores internos, no qual a Associação também participa.

O auxílio aos Municípios no levantamento do movimento econômico e na implantação do Sistema de Controle do Produtor Rural foram outros campos de atuação abrangidos pela Granfpolis.

A seguir, de forma resumida, para fins de registro, relacionamos algumas das atividades desenvolvidas no exercício de 2005:

ÁGUAS MORNAS

- 1 - Orientação sobre elaboração do comprovante de rendimento.
- 2 - Orientação sobre emissão de Notas de Empenho por Modalidade de Aplicação.
- 3 - Orientações diversas sobre Geração do Sistema e Sfinge do TCE/SC.
- 4 - Análise de inconsistência da folha de pagamento para geração de informações para o sistema Sfinge do TCE/SC.
- 5 - Orientação para emissão da Dief da Exatoria.
- 6 - Instalação do Sistema de Controle de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL e configuração para sua utilização em rede ("in loco" 11/07/05)

ALFREDO WAGNER

- 1 - Apoio na solicitação de certidão do TCE/SC.
- 2 - Orientação sobre elaboração do Orçamento para 2006.
- 3 - Orientação diversas sobre geração do Sistema e-Sfinge do TCE/SC.
- 4 - Informações sobre Prestações de Contas FNDE.

- 5 - Instalação do Sistema de Controle de Emissão das Notas Fiscais de Produtos Rural – SISRURAL e treinamento de servidor para sua operacionalização.
- 6 - Treinamento para Publicação das Contas Públicas no site da Confederação Nacional de Municípios – CNM. ("in loco" 29/06/05).
- 7 - Correção do Banco de Dados do Sistema de Emissão das Notas Fiscais de Produtor Rural – SISRURAL. ("in loco" 29/06/05).
- 8 - Treinamento do Sistema Betha Patrimônio realizado na sede da GRANFPOLIS em 30/11/05.

ANGELINA

- 1 - Auxílio na correção de problemas na massa de dados da contabilidade.
- 2 - Orientação à Câmara Municipal sobre Comissão de Licitação e elaboração de processos licitatórios.
- 3 - Orientação sobre abertura da contabilidade de 2005 do Instituto de Previdência.
- 4 - Orientação à Câmara Municipal sobre relatórios de cargos em comissão de acordo com a Instrução Normativa nº 02/2004 do TCE/SC.
- 5 - Orientação à Câmara Municipal sobre relatório de Controle Interno que acompanha o Balanço Anual.
- 6 - Orientação sobre cadastramento de contas de Restos a Pagar.
- 7 - Orientação sobre geração do ACP/TCE.
- 8 - Orientação sobre preenchimento dos Anexos da LRF – Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal.
- 9 - Orientação sobre formas de pagamento e contabilização de Multas de Trânsito.
- 10 - Orientação sobre lançamento e baixa de Dívida Ativa de acordo com a Portaria 564/04 da STN.
- 11 - Orientação sobre pagamento em ordem cronológica por vencimento.
- 12 - Orientação sobre cálculo da Receita Corrente Líquida, segundo a LRF.
- 13 - Orientação sobre regularidade de despesas com festas municipais.
- 14 - Orientação sobre utilização e configuração do Sistema de contabilidade do Instituto de Previdência relativamente ao Plano de Contas do RPPS – Portaria 916/03.
- 15 - Orientação sobre parcelamento de insuficiência atuarial de RPPS.
- 16 - Orientação sobre encampação de débitos consolidados.
- 17 - Orientações diversas sobre geração de informações para o sistema e-Sfinge do TCE/SC.
- 18 - Viagem ao Município para análise da Situação Orçamentária e Financeira do exercício.
- 19 - Instalação do Sistema de Controle de Emissão das Notas Fiscais de Produtor Rural – SISRURAL, por ter tido a necessidade de formatar o HD do computador.
- 20 - Correção do Banco de Dados do Sistema de Controle de Emissão das Notas Fiscais de Produtor Rural – SISRURAL.
- 21 - Treinamento para publicação das contas públicas no site da Confederação Nacional de Municípios – CNM com Toshio e Sidnei. ("in loco" 06/07/05).

ANITÁPOLIS

- 1 - Apoio na contratação de contador para o Município.
- 2 - Orientação sobre a necessidade de envio de cópia dos empenhos à Câmara.
- 3 - Orientação sobre requisitos para assinar convênios.
- 4 - Orientação sobre contabilização de transferências de recursos à entidades privadas.
- 5 - Orientação sobre execução orçamentária relativamente a modalidade de aplicação.
- 6 - Orientação sobre alterações orçamentárias.
- 7 - Orientação sobre responsabilização pelo Controle Interno.
- 8 - Orientação sobre levantamento de gastos com Educação e Saúde.
- 9 - Orientação sobre elaboração da Lei Orçamentária para 2006.
- 10 - Orientações diversas sobre geração de informação para o sistema e-Sfinge do TCE/SC.
- 11 - Esclarecimento sobre o Parecer de Controle Interno para o Poder Executivo.
- 12 - Orientação sobre a Operacionalização do Controle Interno no Poder Legislativo.
- 13 - Correção do Banco de Dados do Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL.
- 14 - Treinamento para o Recadastramento de Produtores Rurais.

ANTÔNIO CARLOS

- 1 - Orientação sobre recebimento de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar.
- 2 - Resposta de Diligência baixada pelo TCE/SC, sobre lançamentos contábeis.
- 3 - Orientação diversas sobre geração de informações para o Sistema e-Sfinge.
- 4 - Orientação sobre regularidade de despesas.
- 5 - Orientação sobre obrigatoriedade de documentos em processo licitatório.
- 6 - Orientação sobre implantação/contabilização do programa SAMU.
- 7 - Instalação do Sistema de Controle e Emissão das Notas Fiscais de Produtor Rural – SISRURAL.
- 8 - Configuração do Sistema de Controle e Emissão das Notas Fiscais de Produtor Rural – SISRURAL para trabalhar em rede e instalação de impressoras (“in loco” 21/06/05).
- 9 - Correção do Banco de Dados do Sistema de Controle e Emissão das Notas Fiscais de Produtor Rural – SISRURAL.
- 10 - Orientação sobre procedimentos do Controle Interno.

BIGUAÇU

- 1 - Orientação à Câmara Municipal sobre contratação de assessor parlamentar.
- 2 - Orientação ao Fundo Municipal de Saúde sobre possibilidade de cancelamento de Restos a Pagar indevidos.
- 3 - Orientação sobre abertura de créditos especial.
- 4 - Orientação sobre retenção de INSS.
- 5 - Orientação sobre regularidade de despesa.
- 6 - Orientação sobre definição de objeto de licitação para definição de modalidade no Fundo Municipal de Saúde.
- 7 - Orientação ao Fundo Municipal de Saúde sobre estorno de despesa.
- 8 - Orientação ao Fundo Municipal de Saúde sobre regularidade de despesa.
- 9 - Orientações diversas sobre a geração de informações para o sistema e-Sfinge do TCE/SC.
- 10 - Orientação sobre elaboração da LOA para 2006.
- 11 - Orientação ao Controle Interno sobre Cadastramento do PPA e LDO no sistema e-Sfinge do TCE/SC.
- 12 - Orientação sobre implantação/contabilização do Programa SAMU.
- 13 - Orientação ao Fundo Municipal de Saúde sobre procedimentos ao encerramento do exercício de 2005.
- 14 - Envio de arquivo e orientação para atualização do sistema de emissão de Notas do Produtor Rural – SISRURAL.

CANELINHA

- 1 - Orientação sobre licitação para aquisição de Merenda Escolar.
- 2 - Orientação sobre abertura do exercício 2005.
- 3 - Orientação sobre prazos de geração de informações para o TCE/SC via sistema e-Sfinge.
- 4 - Orientação sobre elaboração da RAIS e DIRF.
- 5 - Orientação sobre utilização dos recursos e contabilização do Transporte Escolar.
- 6 - Orientação sobre classificação de Receita
- 7 - Orientação sobre procedimentos relativos a Declaração de Bens à ser enviada ao TCE/SC.
- 8 - Orientação sobre normatização e utilização de “fontes de recursos” impostas pela Portaria STN 303/05.
- 9 - Orientação sobre elaboração da Lei Orçamentária para 2006.
- 10 - Orientações diversas sobre geração de informações para o e-Sfinge do TCE/SC.
- 11 - Orientação ao Setor de Pessoal sobre cadastramento de atos jurídicos.
- 12 - Orientação sobre encerramento do exercício de 2005.
- 13 - Resposta de relatório emitido pelo TCE sobre as contas de 2004.
- 14 - Correção do Banco de Dados e Atualização do Sistema de Controle de Emissão das Notas Fiscais de Produtor Rural – SISRURAL.
- 15 - Orientação sobre a emissão do Relatório de Controle Interno do TCE/SC.

FLORIANÓPOLIS

- 1 - Orientação sobre base de cálculo para apuração dos limites de repasse de recursos à Câmara Municipal.
- 2 - Orientação sobre contabilização do Regime Próprio de Previdência Social.
- 3 - Orientação sobre contabilização de despesa com inativos.
- 4 - Orientação sobre conceito de folha de pagamento para apuração do limite imposto pela Emenda Constitucional Nº 25.
- 5 - Orientação sobre definição de objeto para enquadramento em modalidade de licitação.
- 6 - Orientação sobre procedimentos relativos ao Sistema de Controle Interno.
- 7 - Participação em reunião entre Prefeitura e CEF para discutir formas de liberação de recursos federais.
- 8 - Orientação de regularização de saldo contábil de aplicação financeira no Banco Santos.
- 9 - Instalação do Sistema Empresas 2005 para análise do Movimento Econômico do Ano Base 2004 exercício 2005.
- 10 - Atualização do Sistema Empresas 2005 e da massa de dados da DIEF 2005.

GAROPABA

- 1 - Encerramento do exercício de 2004 e abertura do ano de 2005.
- 2 - Geração do sistema e-Sfinge durante o exercício de 2005.
- 3 - Orientação sobre classificação da despesa, segundo a Portaria 163/01 e suas alterações.
- 4 - Orientação sobre classificação da receita, segundo a Portaria 219/04.
- 5 - Análise do FUNDEF, das despesas com pessoal, saúde e comportamento orçamentário e financeiro durante o exercício de 2005.
- 6 - Elaboração de documentos contábeis.
- 7 - Elaboração dos relatórios da L.R.F.
- 8 - Orientação a Câmara Municipal sobre possibilidade de gastos do Legislativo.
- 9 - Elaboração do SIOP'S.
- 10 - Elaboração da coleta de dados contábeis para CEF com base no LRF e Portaria 109/02
- 11 - Resposta de Relatórios do TCE/SC.
- 12 - Participação na elaboração do orçamento para 2006
- 13 - Orientação e envio de modelo de roteiro de diárias para Câmara Municipal.
- 14 - Instalação do Sistema de Controle de Emissão das Notas Fiscais de Produtor Rural – SISRURAL e Treinamento de Pessoal para sua operacionalização ("in loco" 05/05/05).
- 15 - Instalação do Sistema de Controle de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL e do Sistema de Ficha de Atualização Cadastral – FAC e treinamento de Pessoal para sua operacionalização ("in loco" 22/11/05).

GOVERNADOR CELSO RAMOS

- 1 - Orientação sobre gastos com educação e saúde em cumprimento as dispositivo constitucional.
- 2 - Orientação sobre rotinas contábeis.
- 3 - Orientação sobre cálculos de férias.
- 4 - Orientação sobre alteração do PPA do SAMAE.
- 5 - Orientação sobre apuração do excesso de arrecadação e superávit financeiro.
- 6 - Orientação sobre suplementação por fonte de recursos.
- 7 - Orientação sobre elaboração da Lei Orçamentária Anual para 2006.
- 8 - Orientações diversas sobre geração de informações para o sistema e-Sfinge do TCE/SC.
- 9 - Orientação sobre regras de processos licitatórios.
- 10 - Orientação sobre regularização de saldos contábeis.
- 11 - Auxílio em resposta de relatório do TCE/SC.

LEOBERTO LEAL

- 1 - Orientação sobre possibilidade de deixar prestação de contas em aberto para 2005.
- 2 - Orientação sobre execução orçamentária por Modalidade de Despesa.
- 3 - Orientação sobre a abertura do exercício de 2005 do Instituto de Previdência.
- 4 - Análise e correção de valor indevido em Relatório da LRF.
- 5 - Orientação sobre preenchimento de Diária do TCE – LRF NET
- 6 - Orientação sobre aumento da despesa com pessoal nos últimos 180 dias do mandato.
- 7 - Orientação sobre encerramento do exercício financeiro da Câmara Municipal.
- 8 - Orientação sobre lançamentos contábeis no Instituto de Previdência Social.
- 9 - Orientação sobre regularidade de despesa.
- 10 - Orientação sobre concessão de bolsa de estudo à servidores municipais.
- 11 - Orientação sobre contabilização de devolução à servidor de contribuição previdenciária.
- 12 - Orientação sobre relacionamento entre o Plano de Contas do Sistema de informática e a da Portaria da Previdência Social.
- 13 - Orientação sobre o número mínimo de participantes em processo licitatório.
- 14 - Informação do Ativo Disponível para o Cálculo Atuarial do IPRELL.
- 15 - Regularidade de despesa da Câmara Municipal.
- 16 - Orientação sobre elaboração de LOA 2006.
- 17 - Orientações diversas sobre geração de informações para o sistema e-Sfinge do TCE/SC.
- 18 - Envio da massa de dados da contabilidade para Betha Sistemas para correção.
- 19 - Correção da massa de dados do Sistema de Controle de Emissão das Notas Fiscais de Produtor Rural – SISRURAL.
- 20 - Orientação dos Procedimentos para disponibilização de recursos a pessoas carentes.
- 21 - Treinamento para publicação das contas públicas no site da Confederação Nacional de Municípios – CNM. (“in loco” 25/06/05).
- 22 - Orientação para publicação das contas pública no site da Confederação Nacional de Municípios – CNM.

MAJOR GERCINO

- 1 - Orientação à Câmara Municipal sobre entrega de Declaração de Bens de Vereadores e Cargos em Comissão.
- 2 - Resposta de Diligência baixada pelo TCE/SC sobre Auditoria Ordinária realizada.
- 3 - Resposta de Diligência baixada pelo TCE/SC sobre informações da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 4 - Resposta de Relatório do TCE sobre as contas de 2004.
- 5 - Instalação do Sistema de Controle de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL e do Sistema de Ficha de Atualização Cadastral – FAC e treinamento de pessoal para sua operacionalização (in loco 23/11/05).
- 6 - Orientação sobre o e-Sfinge obras e a Instrução Normativa Nº TC-02/2004 do TCE-SC.

NOVA TRENTO

- 1 – Orientação sobre contabilização de despesas de exercício anterior.
- 2 – Orientação sobre processos licitatórios na Câmara Municipal.
- 3 – Orientação à Câmara Municipal sobre recebimento de suprimentos.
- 4 – Orientação sobre responsabilidade contábil dos Fundos Municipais.
- 5 – Orientação sobre definição de objeto para elaboração de processo licitatório na Câmara Municipal.
- 6 – Orientação à Câmara Municipal e para Prefeitura sobre entrega, envio ao TCE e arquivamento de Declaração de Bens de acordo com o Instrução Normativa Nº 02/2004 do TCE/SC.
- 7 - Orientação ao SAMAE sobre formas de contabilização de contador.
- 8 - Orientação sobre levantamento patrimonial .
- 9 - Orientação sobre aplicação dos recursos do FUNDEF.
- 10 - Orientação sobre contabilização do FPM com devolução de 15% de aplicação em Saúde.
- 11 - Orientação sobre retenção de INSS em Nota Fiscal de prestação de serviços.
- 12 - Orientação à Câmara Municipal sobre compatibilização entre PPA, LDO e LOA.
- 13 - Orientação sobre Crédito Extraordinário.
- 14 - Esclarecimentos ao SAMAE sobre elaboração do PPA.

- 15 - Orientação à Câmara Municipal sobre possibilidade de fazer revisão de remuneração.
- 16 - Orientação sobre regularidade de despesa.
- 17 - Palestra aos Servidores Municipais sobre vários assuntos inerentes à Administração Pública, principalmente planejamento, compras e controle interno.
- 18 - Visita ao Município para esclarecimentos sobre o Sistema e-Sfinge do TCE/SC.
- 19 - Orientações diversas sobre geração de informações para o Sistema e-Sfinge do TCE/SC.
- 20 - Orientação sobre elaboração de LOA 2006.
- 21 - Orientação sobre implantação/contabilização do Programa SAMU.
- 22 - Orientação para cadastrar Processo Licitatório no Sistema de Compras.
- 23 - Esclarecimento sobre Agenda de Obrigações Municipais ao Controle Interno.
- 24 - Orientação sobre a DIF 2005.
- 25 - Atualização de valores para o Instituto de Previdência.
- 26 - Instalação do Sistema de Controle de Emissão de Notas de Produtor Rural – SISRURAL e Treinamento de Pessoal para sua utilização ("in loco" 19/07/05).
- 27 - Reinstalação do Sistema de Controle de Emissão de Notas de Produtor Rural – SISRURAL, pelo fato de ter ocorrido Problemas com o HD do computador ("in loco" 28/09/05).
- 28 - Elaboração de Recurso para o Movimento Econômico da DIF da unidade conveniada do Município Ano Base 2004 Exercício 2005.

PALHOÇA

- 1 - Análise das emendas do orçamento para o exercício de 2005.
- 2 - Orientação sobre prazos a serem cumpridos pelo Controle Interno.
- 3 - Orientação sobre remessa de informações ao TCE/SC com base na Instrução Normativa Nº 02/2004.
- 4 - Orientação sobre prazo de preenchimento da LRF NET do TCE/SC
- 5 - Orientação sobre contabilização de dívidas junto ao IPPA.
- 6 - Orientação sobre abertura de contabilidade de 2005 no Instituto de Previdência com base na Portaria 916.
- 7 - Orientação sobre relacionamento de contas contábeis com base na Portaria MPAS 916.
- 8 - Orientação sobre geração do ACP/TCE.
- 9 - Orientação sobre desdobramento da metas Anuais em Metas Quadrimestrais previstas na LDO.
- 10 - Orientação sobre Parecer do Controle Interno sobre as contas de Governo.
- 11 - Orientação sobre abertura de crédito especial por conta de operação de crédito.
- 12 - Orientação sobre destinação dos recursos do salário educação.
- 13 - Elaboração e apresentação de curso de capacitação para Gestores Municipais.
- 14 - Assessoria durante os meses de março, abril e maio.
- 15 - Orientação sobre Classificação de Despesa.
- 16 - Orientação sobre comunicação de recebimento de recursos da União à Câmara, Partidos Políticos, etc.
- 17 - Orientação sobre cálculo do excesso de arrecadação por fonte de recursos.
- 18 - Orientação sobre contabilização de alienação de veículos apreendidos.
- 19 - Orientações diversas sobre geração de informação para o Sistema e-Sfinge do TCE/SC.
- 20 - Orientação sobre as principais obrigações do Município para os meses de janeiro e fevereiro/2005.
- 21 - Orientação para cálculo do Impacto Orçamentário-Financeiro para geração de despesas ou assunção de obrigações.

PAULO LOPES

- 1 - Encerramento da contabilidade do exercício de 2004 e abertura do ano 2005.
- 2 - Geração do e-Sfinge do TCE durante o exercício de 2005.
- 3 - Orientação sobre classificação da despesa, segundo a Portaria 163/01 e suas alterações.
- 4 - Orientação sobre classificação da receita, segundo a Portaria 219/04.
- 5 - Análise do FUNDEF, gastos com pessoal, saúde e do comportamento orçamentário e financeiro durante o ano de 2005.
- 6 - Elaboração de documentos contábeis.
- 7 - Auxílio na conciliação bancária.

- 8 - Auxílio na elaboração de processos licitatórios.
- 9 - Elaboração dos relatórios da L.R.F.
- 10 - Elaboração de relatório ao TCE/SC sobre informações relacionadas a gastos com pessoal, saúde, educação, etc.
- 11 - Elaboração de Projetos de Leis.
- 12 - Elaboração do SIOPS.
- 13 - Elaboração da Coleta de Dados contábeis para CEF com base no LRF e Portaria 109/02.
- 14 - Auxílio na elaboração do Orçamento e Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005.
- 15 - Resposta de relatórios do TCE/SC.
- 16 - Orientação para preenchimento da DIF da Unidade conveniada do Município.
- 17 - Correção do Banco de Dados do Sistema de Controle de Emissão de Notas de Produtor Rural – SISRURAL.
- 18 - Orientação sobre procedimentos a serem seguidos pelo Responsável do Movimento Econômico do Município.

RANCHO QUEIMADO

- 1 – Orientação sobre renovação de contrato de sistemas de tributos.
- 2 – Orientação sobre cadastramento do PPA e LDO para o sistema e-Sfinge do TCE/SC.
- 3 – Orientações diversas sobre geração de informações para o Sistema e-Sfinge do TCE/SC.
- 4 – Instalação do Sistema de Controle de Emissão das Notas Fiscais de Produtor Rural - SISRURAL.
- 5 – Configuração do Arquivo de Impressão do Sistema de Controle de Emissão das Notas Fiscais de Produtor Rural – SISRURAL

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

- 1 - Orientação sobre Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro para Renúncia de Receita.
- 2 - Orientação sobre preenchimento do SIOPS.
- 3 - Orientação sobre Cadastro de receitas, por fonte de recursos, para a Lei Orçamentária de 2006.
- 4 - Orientações diversas sobre geração de informações para o sistema e-Sfinge do TCE/SC.
- 5 - Orientação sobre elaboração da LOA para 2006.
- 6 - Treinamento de pessoal para operacionalização do Sistema de Controle de Emissão das Notas Fiscais de Produtor Rural – SISRURAL.
- 7 - Orientação para emissão da DIF da Exatoria.
- 8 - Instalação e orientação de preenchimento do programa FAC/SEF-SC (“in loco” 19/07/05).
- 9 - Treinamento de Funcionários para preenchimento do Cadastro de Produtor Rural no Programa FAC/SEF-SC (“in loco” 03/08/05).

SÃO BONIFÁCIO

- 1 - Orientação sobre licitação de mão de obra e peças para manutenção da frota rodoviária.
- 2 - Orientação sobre geração das informações para o e-Sfinge do TCE/SC.
- 3 - Orientação sobre a Instrução Normativa Nº TC-02/2004 e Resolução Nº TC-11/2004 do TCE/SC.
- 4 - Orientação para emissão do Parecer sobre as contas do Governo de 2004.
- 5 - Orientação sobre o funcionamento do sistema de controle de Emissão das Notas Fiscais de Produtor Rural – SISRURAL.

SÃO JOÃO BATISTA

- 1 - Orientação sobre empenhamento de despesa de exercício anterior.
- 2 - Orientação sobre preenchimento do site do TCE/SC – LR Net.
- 3 - Orientação sobre lançamento de licitação para mais de uma Unidade Gestora.
- 4 - Orientação sobre procedimentos e lançamentos contábeis referentes a abertura de contabilidade de 2005 do Instituto de Previdência.
- 5 - Realização de conciliação de conta bancária nos meses de janeiro e fevereiro.

- 6 - Orientação sobre classificação de despesa.
- 7 - Orientação sobre aplicação dos recursos de alienação de bens.
- 8 - Orientação sobre alteração orçamentária para realização de processo licitatório.
- 9 - Orientação sobre correção de lançamento indevido do FUNDEF.
- 10 - Orientação sobre aplicação da CID e FEP.
- 11 - Orientação sobre utilização do rendimento de aplicação de convênio federal.
- 12 - Orientação sobre criação de Fundação Municipal.
- 13 - Orientação sobre elaboração da Lei Orçamentária para 2006.
- 14 - Orientações diversas sobre geração de informações para o sistema e-Sfinge do TCE/SC.
- 15 - Auxílio em resposta de diligência baixada pelo TCE/SC.
- 16 - Resposta de Relatório emitido pelo TCE sobre as contas de 2004.
- 17 - Atualização da Dívida da Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e do Hospital de São João Batista, para com o Instituto de Previdência.

SÃO JOSÉ

- 1 - Orientação sobre contratação e Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária.
- 2 - Orientação sobre preenchimento e correção de informação da LRF Net do TCE/SC.
- 3 - Orientação sobre regularidade de Documento Fiscal.
- 4 - Orientação sobre possibilidade de repasse de recursos à igrejas e a ação social.
- 5 - Orientação sobre resposta de ofício do TCE/SC solicitando informações.
- 6 - Orientação sobre transferência de recursos financeiros a entidades do Município.
- 7 - Orientações diversas sobre geração de informações para o Sistema e-Sfinge do TCE/SC.
- 8 - Orientação sobre regularização de saldo contábil.
- 9 - Instalação do Sistema Empresas 2005 para análise do Movimento Econômico do Ano Base 2004 Exercício 2005.
- 10 - Atualização do Sistema Empresas 2005 e da massa de dados da DIF 2005.

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

- 1 - Orientação sobre licitação para aquisição e combustíveis e contrato de acordo com a Lei 8666/93.
- 2 - Orientação sobre cálculo do excesso de arrecadação.
- 3 - Orientação sobre regularização de saldo de DDO.
- 4 - Orientação sobre contabilização de despesa de exercício anterior.
- 5 - Orientação sobre abertura de exercício contábil de 2005.
- 6 - Orientação e emissão de Parecer sobre reconhecimento e pagamento de despesa de exercício anterior.
- 7 - Orientação sobre processo licitatório através de consórcio intermunicipal.
- 8 - Fornecimento de índices inflacionários de 2004.
- 9 - Orientação sobre procedimentos a serem adotados na geração de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado de acordo com a LRF.
- 10 - Orientação sobre Revisão Geral Anual.
- 11 - Orientação sobre possibilidade de transposição de dotação dentro da mesma categoria de programação.
- 12 - Orientação sobre elaboração da LOA para 2006.
- 13 - Orientações diversas sobre geração de informação para o sistema e-Sfinge do TCE/SC.
- 14 - Resposta de relatórios emitidos pelo TCE/SC.
- 15 - Orientação sobre o ISS.
- 16 - Orientação sobre a Emissão das Declarações de Bens do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Vereadores e ocupantes de Cargos ou Funções de Confiança.
- 17 - Orientação sobre os Relatórios do Controle Interno.
- 18 - Instalação do Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL e Treinamento de Pessoal para sua operacionalização ("in loco" 28/09/05).

TIJUCAS

- 1 - Orientação sobre elaboração dos Instrumentos de Planejamento – PPA – LDO – LOA.

- 2 - Auxílio na resolução de problema do sistema de contabilidade.
- 3 - Orientação sobre regularidade de despesa.
- 4 - Orientação sobre definição de objeto para realizar processo licitatório.
- 5 - Orientação sobre possibilidade de Aditivo a contratos realizados.
- 6 - Palestra a servidores municipais sobre rotinas diárias da administração municipal.
- 7 - Orientação sobre análise da situação orçamentária e financeira para pagamento do exercício.
- 8 - Treinamento para publicação das Contas Públicas no site da Confederação Nacional de Municípios – CNM, realizado na sede da GRANFPOLIS.

GERAL

- 1 - Execução da contabilidade da Associação durante o exercício de 2005.
- 2 - Elaboração da Folha de Pagamento da Associação.
- 3 - Elaboração da DIRF, RAIS e Comprovantes de Rendimentos da Associação.
- 4 - Digitação de vários editais, contratos, leis, decretos, ofícios e outras para a Associação e Municípios da Região.
- 5 - Digitação do Relatório de Atividades e Prestação de Contas da Associação do exercício de 2004.
- 6 - Formatação e impressão do Relatório de Atividades e Prestação de Contas 2004.
- 7 - Realização de reuniões com contadores e demais técnicos municipais para discussão de assuntos ligados a administração municipal.
- 8 - Distribuição de tabelas atualizadas do IRRF e Licitações.
- 9 - Análise e orientação aos Municípios sobre as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.
- 10 - Elaboração de ofícios com orientações aos Municípios sobre atualização de Legislação, Prazos, Sistemas de Informática, etc.
- 11 - Elaboração de estimativas da receita de FPM, ICMS, ICMS Exportação, IPI, FUNDEF e Salário Educação para os Municípios.
- 12 - Elaboração de relação de Principais Obrigações periódicas a serem cumpridas pelos Municípios.
- 13 - Acompanhamento de Processos dos Municípios no TCE/SC.
- 14 - Emissão dos recibos para os Institutos de Previdência.
- 15 - Geração de Relatórios das DIEF's 2005 para os Municípios da Região.
- 16 - Participação de discussão sobre contabilização dos Regimes Próprios de Previdência Social.
- 17 - Participação em reuniões com o Tribunal de Contas do Estado – TCE/SC.
- 18 - Participação em reuniões com a Federação Catarinense de Municípios – FECAM e com o Colegiado de Contadores.
- 19 - Análise da situação das Prestações de Contas dos Municípios da Região junto ao FNDE.
- 20 - Apresentação do Curso, "Capacitação de Gestores Municipais".
- 21 - Apresentação do Curso "Controle Interno Municipal".
- 22 - Apresentação do Curso sobre elaboração de Plano Plurianual – PPA e Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.
- 23 - Digitação, formatação e impressão de apostilas e de certificados para os servidores municipais, participantes dos cursos disponibilizados pela Associação de Municípios.

6.2 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Iniciamos em julho a Assessoria em Assistência Social aos municípios da GRANFPOLIS. Destacamos, que neste período já configura no país a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada em setembro de 2004, que tem o objetivo de transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição Federal de 1988, e da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Dessa forma é implementado no país o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, como novo modelo de gestão da Política Pública de Assistência Social.

“O SUAS é o modelo de gestão descentralizado e participativo, constitui-se na regularização e organização em todo território nacional das ações sócio-assistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade, pressupõe ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política para as três esferas de Governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes tem o papel efetivo na sua implantação e implementação.” (PNAS/2004)

Em 15 de julho de 2005, é aprovada a NOB/SUAS, que retoma às Normas Operacionais de 1997 e de 1998 e constitui-se no novo instrumento de regulação dos conteúdos e definições da PNAS/2004 que definem o funcionamento do SUAS.

Vale lembrar que o conteúdo da PNAS/2004 e da NOB/SUAS resulta de um processo democrático de debates entre Órgãos Gestores, Conselheiros, Profissionais, Sociedade Civil, Universidades e demais entidades, para consolidar a Assistência Social como Política Pública.

A Assistência Social deve garantir segurança, proteção, promoção social, qualificação profissional, equidade, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários às famílias em situação de vulnerabilidade, contudo, é um direito universal, pois a negligência e a violência perpassam a dimensão de classes e todos têm direito à convivência familiar e comunitária.

Ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, monitorar populações em risco e prevenir a incidência de agravos à vida face às pessoas em situações de vulnerabilidade que são:

- a criança e o adolescente em situação de risco ou vítima de violências e abuso sexual;
- as pessoas com deficiência;
- a mulher vítima de violência;
- as pessoas idosas;
- as pessoas em abandono ou desabrigo;
- os moradores de rua;
- as pessoas em situação de emergência social, inclusive por calamidades públicas;
- os migrantes;
- as minorias étnicas e grupos discriminados ou destituídos de autonomia;
- as famílias em situação de perdas e desagregação com dificuldades de sobrevivência por falta ou insuficiência de rendimentos e outros grupos ou comunidades vulnerabilizadas.

Realizamos e incentivamos os gestores e técnicos, a realizarem intervenções sociais em parcerias com outras políticas setoriais e também com as redes locais, objetivando estabelecer mecanismos de participação mais efetivos entre poder público e demais entidades, contribuindo no desenvolvimento de ações que permitissem enfrentar com eficácia as necessidades locais, superando dificuldades intersetoriais e potencializando a atenção integral promovendo sobretudo, a inclusão social da população usuária.

A Assessoria em Assistência Social, manteve constante acompanhamento e orientação, mediante processos de assessoramento técnico, quanto às modificações referentes à gestão da Polí-

tica Pública de Assistência Social, sobretudo, quanto ao reordenamento das ações, serviços, programas e projetos, dentro da nova proposta instituída no país, destinada à garantia do atendimento das necessidades básicas, à garantia de direitos e de condições dignas de vida.

Passamos ao relato das atividades desenvolvidas:

- Organizamos eventos de interesse da área social (seminários, reuniões de capacitação, etc), contribuindo na capacitação dos profissionais que trabalham na área social, gestores, técnicos, conselheiros e demais prestadores de serviços da Assistência Social, em parceria com diversas entidades.
- Divulgamos os programas e serviços sociais oferecidos pelo governo federal, estadual e sociedade civil, contribuindo para a garantia de acesso dos beneficiários em programas que visem a minimização dos problemas sociais;
- Acompanhamos através de sites, jornais, etc, assuntos relativos à Assistência Social, e divulgamos através de comunicados aos órgãos gestores municipais tais como:
 - Programas oferecidos aos municípios e critérios para adesão aos programas;
 - Liberações de recursos;
 - Orientações acerca de decretos e portarias
 - Divulgação e/ou organização de eventos regionais, estaduais e nacionais
- Realizamos, contatos com técnicos do MDS para obtenção de informações sobre critérios, orientações, entre outros assuntos de interesse dos municípios.
- Representamos a Associação em eventos referentes a área social (colegiados, comissões, programas e eventos diversos), atendendo a convites de diversos órgãos governamentais e demais entidades.
- Atendimento de técnicos e gestores dos municípios na sede da GRANFPOLIS ou por telefone, esclarecendo dúvidas sobre os procedimentos referentes a gestão da Política Pública de Assistência Social.

As principais atividades serão elencadas abaixo:

JULHO/2005

- Participação nas reuniões da Comissão Temática da V Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina.
- Lançamento do Programa APOMT, aos municípios da 18ª SDR – Grande Florianópolis
Local: Auditório da UNIVALI – Campus Sertão de Maruim – São José - SC
Destacamos que o Programa APOMT é de responsabilidade do Ministério Público de Santa Catarina, através do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude – CIJ. E tem por objetivo implantar em todo Estado de Santa Catarina um Sistema Unificado de Comunicação Compulsória de Maus-Tratos contra crianças e adolescentes, através do uso de um formulário padronizado de notificação expedido pela Rede de Ensino, composta pelas escolas públicas e particulares, desde a educação infantil até o ensino médio; pela Área da Saúde; pela Assistência Social, pelo Sistema de Segurança Pública (delegacias de polícia, e polícias militares.); e pelos Conselhos Tutelares, que garanta o atendimento e o encaminhamento da vítima aos programas protetivos que se fizerem necessários, conforme preconiza a Lei nº 8.069/90.
- Reunião do Núcleo de Assistentes Sociais da Grande Florianópolis
Local: Auditório da APAE - Águas Mornas – SC
- Pré-Conferência Municipal de Assistência Social de Florianópolis

Local: Auditório FECOMÉRCIO – Florianópolis - SC

- Reunião na 18ª SDR – Grande Florianópolis

Local: Auditório da 18ª SDR

Objetivo: Definições com os técnicos e gestores, sobre a realização das Conferências Municipais e Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- Contatos com os gestores e técnicos da GRANFPOLIS para participação nas Reuniões Ordinárias do COGEMAS/SC e CIB/SC

Local: Auditório da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda - SST

O Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social de Santa Catarina - COGEMAS/SC, é uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, de duração indeterminada, com sede e foro no município que detém a presidência.

O COGEMAS/SC tem por finalidades: lutar pela autonomia dos municípios, congregando os gestores municipais de assistência social, funcionando como órgão permanente de intercâmbio de experiência social a nível estadual, atua de todas as formas para garantir o cumprimento da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, o direito da população às ações e serviços de assistência social.

E a Comissão Intergestora Bipartite - CIB é um espaço permanente de articulação entre os gestores da Política de Assistência Social nos níveis estadual e municipal, visando à garantia da direção única entre elas, evitando assim os riscos da duplicidade ou omissão na execução das ações, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, atua como fórum de aprovação de instrumentos, parâmetros, mecanismos de implementação e operacionalização da Política de Assistência Social.

- Divulgação e participação na Teleconferência sobre a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB SUAS

Objetivo: Apresentar a NOB, aprovada no dia 14/07/2005, sendo que ela é um conjunto de regras que organizam e disciplinam as ações de Assistência Social em todo o Brasil, definindo a operacionalização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A NOB estabelece também pisos de proteção para o co-financiamento dos serviços prestados e uma padronização no atendimento em todo o País.

- Participação na Conferência Municipal de Assistência Social de Florianópolis

Local: Auditório do Colégio Menino Jesus – Florianópolis - SC

- Contatos com profissionais e palestrantes sobre a realização das Conferências Municipais de Assistência Social nos municípios da GRANFPOLIS

- Orientações sobre os prazos de envio de informações sobre as condicionalidades do programa Bolsa Família;

- Orientações quanto ao envio do relatório com as Deliberações das Conferências Municipais de Assistência Social à Comissão de Relatoria da Conferência Estadual de Assistência Social. E também do envio do Álbum de Fotografias da Assistência Social dos municípios ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Encaminhamento e orientações aos municípios sobre:

- **PORTARIA Nº 246, DE 20 DE MAIO DE 2005.**

A referida Portaria, "divulga e aprova os instrumentos necessários à formalização da adesão dos municípios ao Programa Bolsa Família, à designação dos gestores municipais do Programa e à informação sobre sua instância local de controle social, e define o procedimento de adesão dos entes locais ao referido Programa".

OBS: Os municípios foram orientados quanto ao correto preenchimento dos anexos desta Portaria, que são referentes ao Termo de Adesão ao Programa Bolsa Família.

- Instrução Normativa Nº 1 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, de 20 de maio de 2005.

A referida Instrução Normativa, "divulga orientações aos municípios, Estados e Distrito Federal para constituição de instância de controle social do Programa Bolsa Família (PBF) e para o desenvolvimento de suas atividades".

- Instrução Operacional da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC/MDS Nº 7, de 20 de maio de 2005.

A referida Instrução Operacional, "divulga aos municípios instruções sobre procedimentos operacionais para o tratamento de eventuais inconsistências nos dados do Cadastro Único, publica os novos critérios de validação dos registros desse cadastro, e define orientações para análise e validação dos resultados da comparação dos dados de renda do Cadastro Único com os da Relação Anual de Informações Sociais de 2003".

- Instrução Operacional SENARC/MDS Nº 8, DE 20 DE JUNHO DE 2005.

A referida Instrução Operacional, "divulga auditoria realizada sobre as folhas de pagamento dos programas de transferência de renda do Governo Federal, assim como orientações aos Municípios para tratamento de casos de multiplicidade cadastral".

- PORTARIA Nº 360, DE 12 DE JULHO DE 2005.

A referida Portaria, "Estabelece critérios e procedimentos relativos à transferência de recursos financeiros aos municípios, Estados e Distrito Federal, destinados à implementação e desenvolvimento do Programa Bolsa Família e à manutenção e aprimoramento do Cadastro Único de Programas Sociais".

- PORTARIA Nº 385, DE 26 DE JULHO DE 2005

A referida Portaria, "Estabelece regras complementares de transição e expansão dos serviços socioassistenciais co-financiados pelo Governo Federal, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social - SUAS para o exercício de 2005".

- Orientações sobre os prazos, documentos e demais requisitos para requerer à Coordenação da CIB, Habilitação de Gestão.

- Informamos sobre a disponibilização pela Caixa Econômica Federal, do Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

AGOSTO/2005

- Reunião na 18ª SDR – Grande Florianópolis

Local: Auditório 18ª SDR

Objetivo: Debater sobre a organização da Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Grande Florianópolis

- Seminário sobre o SUAS e NOB/2005

Local: Auditório do CRESS 12ª Região

Palestrantes: Marilda Angioni - FURB e Dra. Beatriz Augusto Paiva – UFSC

Participação nas Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça, Biguaçu, Governador Celso Ramos, São Pedro de Alcântara, Angelina e Anitápolis.

- Reunião do Núcleo de Assistentes Sociais da Grande Florianópolis
Local: Auditório da APAE de Santo Amaro da Imperatriz - SC
- Participação como palestrante das Conferências Municipais de Assistência Social de Biguaçu, Governador Celso Ramos, Nova Trento, e Tijucas.
- Participação como palestrante na Conferência Microrregional de Assistência Social de São João Batista, Canelinha e Major Gercino.
- Participação na Conferência Municipal de Assistência Social de Palhoça e São José.
- Realizada reunião com 7 municípios da Associação, para organização da Conferência Microrregional de Assistência Social
Local: Auditório da GRANFPOLIS
- Participação na Conferência Microrregional de Assistência Social de São Pedro de Alcântara, Santo Amaro da Imperatriz, Anitápolis, Angelina, Rancho Queimado, Águas Mornas e São Bonifácio
- Seminário Estadual sobre a Gestão da Política de Assistência Social
Local: Praiatur Hotel – Ingleses
Objetivo: Capacitar a representação regional do gestor estadual e dos gestores municipais da Política de Assistência Social, tendo em vista a implantação do Sistema Único de Assistência Social, em Santa Catarina.
Palestrantes: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda - SST

Encaminhamento e orientações aos municípios sobre:

- Instrução Operacional SENARC/MDS Nº 09, DE 05 DE AGOSTO DE 2005.

A referida Instrução Operacional, "Divulga instruções sobre os procedimentos operacionais necessários à formalização da adesão dos municípios ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único de Programas Sociais, orienta os gestores e técnicos sobre a designação do gestor municipal do Bolsa Família e a formalização da Instância de Controle Social do Programa, e especifica a documentação a ser anexada para fins de comprovação das medidas adotadas".

- PORTARIA Nº 440, DE 23 DE AGOSTO DE 2005

A referida Portaria, "Regulamenta os Pisos da Proteção Social Especial estabelecidos pela Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, sua composição e as ações que financiam".

- PORTARIA Nº 442, DE 26 DE AGOSTO DE 2005

A referida Portaria, "Regulamenta os Pisos da Proteção Social Básica estabelecidos pela Norma Operacional Básica - NOB/ SUAS, sua composição e as ações que financiam".

- Contatos com os gestores e técnicos da GRANFPOLIS para participação nas Reuniões Ordinárias do COGEMAS/SC e CIB/SC
Local: Auditório da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda - SST

SETEMBRO/2005

- Reunião da Câmara Técnica do COGEMAS/SC
Local: Auditório da GRANFPOLIS
Objetivo: Discussão e elaboração do novo Regimento Interno a ser apresentado e aprovado na próxima Assembléia Estadual;
- Reunião 18ª SDR – Grande Florianópolis
Local: Gerência de Trabalho e Renda
Objetivo: Conclusão do Regimento Interno da Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Grande Florianópolis
- Participação na Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Grande Florianópolis/ Comissão Organizadora
Local: Auditório Municipal de Antonio Carlos
Objetivo: Reconhecer, valorizar e promover a ampliação da participação, do controle social e do apoio institucional para consolidação do princípio da Prioridade Absoluta, preconizado na Constituição federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.
Participantes: Delegados eleitos nas Conferências Municipais, autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, gestores e técnicos municipais, e demais participantes.
- Articulação dos municípios da GRANFPOLIS para reunião com o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Sr. Patrus Ananias
Local: Auditório do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Participantes: Prefeitos, Gestores e Técnicos dos municípios da GRANFPOLIS, e Conselheiros.
- Participação na Conferência Estadual de Assistência Social
Local: Shopping Russi Russi – Ingleses – Florianópolis – SC
Tema: “SUAS – Plano : Estratégias e Metas para Implementação da Política Nacional de Assistência Social”

Objetivos:

- Consolidar a Política de Assistência Social como direito do cidadão, a partir da discussão e consenso estadual quanto aos 10 direitos de cidadania da LOAS.
- Discutir, avaliar e aprovar pacto de metas e compromissos entre sociedade civil e organizações governamentais para consolidar o SUAS em Santa Catarina, nos próximos 10 anos.
- Dimensionar os desafios e as medidas necessárias a serem adotadas para que Santa Catarina consolide a condição de gestão estadual, até 2015.
- Eleger delegados para V Conferência Nacional de Assistência Social.

Participantes: A V Conferência contou com a participação de 504 delegados(270 Delegados Governamentais e 221 Delegados da Sociedade Civil e 13 de usuários), além de 101 Observadores, totalizando 605 participantes entre eles, Secretários e Técnicos Municipais, e demais segmentos representativos. Importante destacar também a presença da representação de 244 municípios (83.27), dos 293 do Estado de Santa Catarina.

Destacamos que a participação de delegados e observadores foi efetuada de forma democrática, possibilitando que todos pudessem analisar, debater e indicar as proposições, daquelas compiladas dos 288 municípios que encaminharam as suas deliberações municipais, mais condizente com a realidade dos Municípios, do Estado e da União, frente aos novos desafios emergentes na implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.]

Encaminhamento e orientações aos municípios sobre:

- PORTARIA Nº 454, DE 09 DE SETEMBRO DE 2005.

A referida Portaria, “Altera os arts. 6º, 7º e 8º, e modifica o Anexo I e cria os Anexos II e III da Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005”.

- PORTARIA Nº 459, DE 09 DE SETEMBRO DE 2005.

A referida Portaria, "Dispõe sobre a forma de repasse dos recursos do co-financiamento federal das ações continuadas da assistência social e sua prestação de contas, por meio do SUAS Web, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS".

- Contatos com os gestores e técnicos da GRANFPOLIS para participação nas Reuniões Ordinárias do COGEMAS/SC e CIB/SC
Local: Auditório da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda - SST

OUTUBRO/2005

- Reunião sobre o Benefício de Prestação Continuada – BPC
Local: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda – SST
Objetivo: Discutir sobre o processo de revisão do benefício e também sobre eventos regionais de capacitação.
Participantes: Técnica do MDS, Técnica do INSS, Técnicas da SST e Técnica da GRANFPOLIS
- Divulgação e participação no Encontro Nacional da ANG Brasil - Associação Nacional de Gerontologia.
Local: Auditório do FECOMÉRCIO
Objetivo: Debater sobre os direitos e atendimento à pessoa idosa, objetivando o desenvolvimento de ações que assegurem os direitos sociais dos idosos, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, proporcionando um envelhecimento digno e com qualidade de vida.
Participantes: Gestores e técnicos das Prefeituras da Região, outros municípios, e demais profissionais e entidades de atendimento à Pessoa Idosa.
- Divulgação, Mobilização e Participação no Curso "Disseminadores Externos de Informações Previdenciárias"
Local: Auditório do Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região
Objetivo: Promover cursos com informações básicas sobre Previdência, com a finalidade de formar representantes de entidades e profissionais de diversas áreas, visando a sua atuação como disseminadores das informações previdenciárias.
Ministrantes: Técnicos do INSS - Miguel de Lima Tavares, Marilís Gassen Xavier, Elisabeth Bahia Bittencourt Ferrer, Maria Lúcia Silveira Ritzmann.
Participantes: Técnicos de São José, Paulo Lopes, São João Batista, Florianópolis, Antonio Carlos, São Pedro de Alcântara, Tijucas, e demais entidades.
- Contatos com os gestores e técnicos da GRANFPOLIS para participação nas Reuniões Ordinárias do COGEMAS/SC e CIB/SC
Local: Auditório da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda - SST
- Participação na Reunião da Comissão Temática de Desenvolvimento Social da 18ª SDR – Grande Florianópolis.
Local: Centro Educacional Crispim Correa – Biguaçu
Participantes: Gestores e Técnicos dos municípios da 18ª SDR, CEAS/SC e Técnicos da SDR
Pauta: Deliberação sobre projetos apresentados nesta SDR - no aguardo de parecer; Apresentação do "Projeto Meu Lugar" ; Descentralização dos postos do SINE; Substituição de Membros do Comitê.
- Participação na explanação do Seminário sobre o SUAS e NOB 2005 no Programa de Formação Continuada dos Profissionais do Programa Sentinela do município de Florianópolis.
- Divulgação e participação na Teleconferência sobre o Bolsa Família
Objetivo: Esclarecer dúvidas sobre a gestão do Bolsa Família, especialmente quanto à adesão dos municípios ao programa, cujo prazo encerrava-se em 31 de outubro, e a atualização do Cadastro

Único. Destacamos que a adesão era pré-requisito para que as prefeituras recebessem recursos destinados à atualização cadastral.

NOVEMBRO/2005

- Contatos com os gestores e técnicos da GRANFPOLIS para participação nas Reuniões Ordinárias do COGEMAS/SC e CIB/SC
Local: Auditório da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda - SST
- Participação na Capacitação do Bolsa Família e CADUN
Local: Castelmar Hotel
Objetivo: capacitar sobre a implantação do novo aplicativo de entrada e manutenção de dados do cadastro único (Versão 6.0) e do Sistema de Gestão de Benefícios do Bolsa Família.
Ministrantes: MDS e Técnicos da SST
Participantes: Municípios da GRANFPOLIS e das demais regiões do Estado.
- Participação na Capacitação Estadual SUAS e NOB/ SUAS: Abordando a Norma Operacional Básica - NOB-2005.
Local: Castelmar Hotel
Objetivo: Conhecer e Debater sobre os Conceitos de Gestão, Habilitação e o Financiamento da Política Pública de Assistência Social.
Organização: Diretoria de Ação Social da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda.
Participantes: Gestores e técnicos dos municípios do Estado de Santa Catarina
Ministrante: Profº Jucimeri Isolda Silveira - PUC/Paraná
- Participação na Jornada Temática para construção do Plano de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis nos temas: SOCIAL, SAÚDE e ORGANIZAÇÃO DO LAZER (Turismo, Cultura e Lazer).
Local: Auditório da FEPESE - UFSC
A Jornada faz parte do processo de desenvolvimento do Projeto Meu Lugar na Regional da Grande Florianópolis, em nossa região o Projeto conta com apoio do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEITEC) do Departamento de Economia da UFSC, que tem por função principal, auxiliar na sistematização das informações geradas pelo Projeto Meu Lugar.
OBJETIVO: Fortalecer a identidade regional, aprimorar o capital humano, o trabalho de organização da gestão social e por fim fomentar uma mudança na cultura de planejamento com a introdução do Planejamento Participativo.
Responsáveis: Governo do Estado, PNUD e UFSC.
- Divulgação e participação na Teleconferência sobre a integração entre o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - e o Programa Bolsa Família.
Objetivo: Tirar dúvidas sobre o processo de integração do PETI com o Bolsa Família
- Divulgação, articulação e participação no 1º Encontro Estadual de Conselhos Municipais do Idoso de Santa Catarina.
Local: Auditório do Tribunal de Contas
Objetivo: Debater a Política Nacional do Idoso e o Sistema de Defesa e Garantia de Direitos do Idoso.
- Divulgação e participação na Sessão Solene da Assembléia Legislativa
Objetivo: Homenagem ao Conselho Estadual do Idoso, Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Conselhos Municipais do Idoso, e às Comissões Regionais do Idoso.
- Visitamos o município de Leoberto Leal por solicitação do Prefeito Municipal, Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, e da Assistente Social, objetivando conhecer as atividades desenvolvidas pelo município na Assistência Social, orientar quanto às novas demandas, análise do Plano Municipal de Assistência Social, análise da prática no município (serviços, atendimentos e ações com cidadãos), análise da documentação referente à Assistência Social entre outros assuntos.

- Divulgação e participação no 1º Curso de Capacitação e Formação de Recursos Humanos dos Centros de Apoio às Vítimas da Violência Contra o Idoso
Objetivo: Conhecer e debater sobre os indicadores sociais e sua contribuição na prevenção e enfrentamento da violência contra o idoso, e as perspectivas da prevenção e enfrentamento da violência contra o idoso na visão das instituições de defesa de direitos de Santa Catarina, e demais assuntos pertinentes à temática.
Participantes: Gestores e técnicos dos municípios catarinenses, Associações de Municípios, Ministério Público, OAB, Secretarias de Estado, Conselheiros do Idoso e de Assistência Social, SESC, ANG, UFSC e demais convidados.
Organização: Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina

Encaminhamento e orientações aos municípios sobre:

- PORTARIA Nº 532, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2005.

A referida Portaria, "Define regras de fixação do calendário de pagamento dos benefícios financeiros do Programa Bolsa-Família e dos Programas Remanescentes".

DEZEMBRO/2005

- Participação como delegada na Conferência Nacional de Assistência Social
Local: Centro de Convenções - Brasília / DF
Objetivo: Avaliar e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, consolidando a elaboração de um Plano de Metas para implementação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, para os próximos 10 (dez) anos.
Participantes: Delegados eleitos nos estados, totalizando 1.144, convidados (autoridades, profissionais e representantes de entidades, usuários, trabalhadores e organizações da área), e demais técnicos do MDS.
- Contatos com os gestores e técnicos da GRANFPOLIS para participação nas Reuniões Ordinárias do COGEMAS/SC e CIB/SC
Local: Auditório da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda - SST
- Encaminhado aos municípios o Roteiro de Elaboração do Plano Plurianual Municipal de Assistência Social (quadriênio 2006-2009), para Santa Catarina, elaborado pelos técnicos da Gerência de Política de Ação Social – SST
- Divulgação e participação na Teleconferência sobre o SUAS Web
Objetivo: Esclarecer dúvidas sobre as inovações tecnológicas que envolvem a gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), detalhando o SUAS Web, especialmente o plano de ação, a sistemática de prestação de contas e o papel dos conselhos municipais e estaduais de assistência social na gestão do SUAS.
- Encaminhado aos municípios o Manual de Orientação do Plano / SUAS Web, para ajudar no preenchimento dos dados no SUAS Web.
- Orientações aos municípios da GRANFPOLIS sobre o Sistema SUAS Web e o preenchimento com as informações do Plano de Ação 2006, encaminhando para validação bem como sua avaliação pelo Conselho de Assistência Social competente, de acordo com o art. 24 da portaria nº 459 de 09 de setembro de 2005. E também sobre o arquivamento do comprovante do envio e demais documentos.
Destacamos que o Plano de Ação consiste no instrumento de gestão que deverá ser preenchido pelos municípios no SUAS Web com base no Plano de Assistência Social.
No Plano de Ação são abordadas informações referentes às instâncias de gestão, financiamento, controle social, planejamento físico e financeiro e apreciação do Conselho sobre esse Plano.

6.3 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE EDUCAÇÃO

INSTITUIÇÃO DO COLEGIADO

Por uma necessidade de melhor organizar as ações pertinentes à educação na GRANFPOLIS, foi instituído o COLEGIADO MICRORREGIONAL DA GRANFPOLIS.

Órgão de decisão, com finalidade de analisar, orientar, promover o planejamento e a execução de ações no âmbito da educação na Região, congregando todos os Secretários Municipais de Educação ou equivalente, da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis.

REUNIÕES DO COLEGIADO

1ª Reunião do Colegiado

FLORIANÓPOLIS – 20/09/05

Realizada no auditório da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, com a presença do Presidente da Associação, Vilmar Astrogildo Tuta de Souza, Prefeito Municipal de Biguaçu, que usou da palavra para fazer a abertura da reunião em seguida foi dado início a eleição do colegiado. Foram eleitos para ocupar os cargos da Diretoria os seguintes Secretários(as) Municipais: Presidente: Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, de Florianópolis; Vice-Presidente: Rosa Maria da Silva Schmidt, de São José; 1ª Secretária: Salete Coelho Schmitt, de Antônio Carlos; 2ª Secretária: Tânia Mara Silvestri, de Alfredo Wagner; Tesoureiro: Dauri Exterkoetter, de Angelina.

Foi realizada palestra sobre o Programa Nacional de Educação Fiscal, ministrada pelo Auditor da Receita Federal, Sr. Edes Nascimento, contribuíram também as Sras. Mirdney Jensen e Maria Martinelo, ambas Assistentes Sociais e Coordenadoras do Programa Estadual de Educação Fiscal do Estado de Santa Catarina.

2ª Reunião do Colegiado

SÃO JOSÉ – 28/09/05

Realizada no auditório da Escola do Mar, com os trabalhos conduzidos pelo Presidente do Colegiado Sr. Rodolfo Pinto da Luz.

A palestra referente a Políticas de Financiamento da Educação Básica – FUNDEB, foi proferida pelo Sr. Paulo Egon Wieder Kehr, Diretor do Departamento de Políticas de Financiamento da Educação Básica – MEC – Brasília/DF.

Foi debatido, também, o calendário escolar unificado da GRANFPOLIS para 2006, transporte escolar e o modelo de relatório para o transporte escolar

3ª Reunião do Colegiado

PALHOÇA – 09/11/05

Realizada no auditório “A” da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL – Pedra Branca/Palhoça. Os trabalhos iniciaram com a apresentação da Professora, Escritora e Autora, Sra. Cirlei Maria Gurgacz. A Professora com mais de 30 anos lecionando, entusiasmou com a forma diferenciada de transmitir aos educandos a História de Santa Catarina, usando metodologia interativa por música, canto e instrumento, despertando o interesse das crianças por nossa História.

A Professora doou um livro de sua autoria “cantando com arte a história de Santa Catarina”, acompanhado do respectivo CD, para os municípios representados na referida reunião.

O encerramento ficou por conta do Prefeito de Palhoça, Ronério Heiderscheidt, que elogiou a realização e organização do evento e ressaltou a importância de tais reuniões, agradecendo a presença de todos em seu Município.

4ª Reunião do Colegiado

FLORIANÓPOLIS – 22/11/05

Realizada no auditório da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, sobre a coordenação do Professor Antão Antônio David.

Assunto: TRANSPORTE ESCOLAR

- Formulário para Veículos Próprios e Terceirizados
- Qualidade dos Veículos
- Valor do Convênio repassado pelo Estado
- Intervenção do Ministério Público no Transporte Escolar,
- Passe Escolar.
- Custo diferenciado do transporte para Municípios com grande área territorial

5ª Reunião do Colegiado

BIGUAÇU – 21/12/05

Realizada no Restaurante Sombreiro, no Município de Biguaçu. O Presidente do Colegiado Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, apresentou a nova proposta do Governo Federal, que busca a qualidade da educação, através do lançamento do Projeto Pró-Letramento, Programa de Formação Continuada, que visa a melhoria da qualidade da assimilação da leitura, da escrita e da matemática nas séries iniciais do ensino fundamental.

O Presidente da Associação, Prefeito Municipal de Biguaçu, Vilmar Astrogildo Tuta de Souza, desejando um bom natal e prosperidade no ano de 2006, encerrou a reunião, oferecendo um almoço de confraternização ao Colegiado.

ATIVIDADES DE CARÁTER GERAL

- Visita a todas as Secretarias Municipais de Educação.
- Participação em diversas Reuniões, Eventos, Conferências e Seminários com destaque para:
 - SEMINÁRIO DE DISCUSSÃO DO FUNDEB – Balneário de Camboriú, com promoção da Confederação Nacional de Municípios – CNM, em parceria com a Federação Catarinense de Municípios – FECAM;
 - AUDIÊNCIA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO, sobre o Transporte Escolar da GRANFPOLIS;
 - AUDIÊNCIA COM O PRESIDENTE DO BADESC, sobre financiamento de ônibus para Transporte Escolar nos Municípios;
 - REUNIÃO NA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL – AMESC, representando a Federação Catarinense de Municípios – FECAM, proferindo palestra sobre Transporte Escolar e FUNDEB;
 - REUNIÃO EM BRASÍLIA, com Técnicos da Confederação Nacional de Municípios, sobre o andamento da Lei do FUNDEB; com os Técnicos do FNDE, sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, Dinheiro Direto na Escola e Merenda Escolar Ecológica e visita aos Deputados Federais e Senadores, solicitando a inclusão de recursos para o Transporte Escolar, através de emendas Parlamentares e de Bancada.
- PARTICIPAÇÃO DO PROJETO MEU LUGAR – PNUD/GOV/SC/UFSC, representando a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, nas áreas de Meio Ambiente e Educação.

- ORIENTAÇÃO AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, através de cópias de apostilas, cadernos, Resoluções, Leis, Decretos e Portarias destacando:
- Regimento Interno do Colegiado microrregional dos Secretários Regionais de Educação da GRANFPOLIS;
- SALÁRIO EDUCAÇÃO – Valores 2005 e Prestação de Contas;
- RESOLUÇÃO Nº 03/MEC de 08/10/1997 – Lei nº 9424 – Diretrizes para Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Municípios, Estados e Distrito Federal;
- FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Divisão dos 60% da remuneração dos profissionais e 40% em despesas conforme LDB;
- FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – cópia do anteprojeto de lei que está no Congresso para ser aprovado;
- PROPOSTAS DA CNM – Confederação Nacional dos Municípios – criação de 3 fundos para o FUNDEB;
- EDUCAÇÃO INFANTIL – cópia da PEC nº 40/2000, de autoria da Senadora Heloísa Helena: “tornando o acolhimento obrigatório, público e gratuito à toda demanda pela educação infantil, em creches e pré-escolas para as crianças de 0 a 6 anos de idade”.
- TRANSPORTE ESCOLAR – Lei nº 10.709 de 31/07/2003, que acrescenta dispositivo à LDB, determinando a responsabilidade dos Estados e Municípios com o transporte escolar dos alunos de sua respectiva rede de ensino;
- RESOLUÇÃO/FNDE nº 05 de 22/04/2005 – Estabelece os critérios e as formas de transferência de recursos financeiros ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar;
- DECRETO nº 3.091 de 28/04/2005, que regulamenta o custeio e os requisitos para o transporte escolar dos alunos do ensino fundamental da rede estadual transportado pelo Município;
- PORTARIA, que dispõe sobre os critérios para utilização do transporte escolar gratuito pelos alunos da rede municipal de ensino;
- ORIENTAÇÃO sobre Licitação do transporte escolar – “redução de custos e montagem de planilhas”;
- O MUNICÍPIO E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO – caderno com textos e transparências da Confederação Nacional de Municípios;
- LDB – Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – caderno com a Lei;
- PROGRAMA MUNICIPAL DO TRANSPORTE ESCOLAR DA GRANFPOLIS – formulários de veículo próprio, veículo terceirizado, custo aluno área rural e área urbana;

6.4 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

A Assessoria de Engenharia e Arquitetura durante o exercício de 2005, através de sua equipe, atendeu os municípios associados com serviços técnicos e com serviços de reprografia.

Foram realizados 263 (duzentos e sessenta e três) trabalhos, englobando projetos, estudos, memoriais descritivos, pareceres, serviços de topografia, etc..., não incluindo as visitas aos municípios e inúmeras consultas feitas informalmente. Os Municípios de Angelina e Garopaba foram os que mais utilizaram os serviços desta Associação com 34 (trinta e quatro) trabalhos realizados para cada um.

Além dos trabalhos realizados, acima referidos, foram efetuados atendimentos aos municípios associados, não estão quantificados no Quadro abaixo. Esses atendimentos foram feitos no sentido de assessorar as prefeituras junto a órgãos públicos estaduais e federais – tais como, Ministério da Previdência Social e SES - Vigilância Sanitária, para a obtenção de recomendações normativas para elaboração de projetos e/ou para aprovação de projetos específicos.

Da mesma forma, foram feitos assessoramentos às prefeituras junto a empresas privadas e universidades para a realização de serviços técnicos desenvolvidos por terceiros.

Além do atendimento aos municípios associados, a Assessoria de Engenharia e Arquitetura representou a GRANFPOLIS em diversos eventos, assim como, atendeu a solicitações de órgãos públicos, empresas privadas e da comunidade acadêmica.

No Quadro a seguir apresentamos o resumo dos trabalhos desenvolvidos no exercício de 2004, referidos no segundo parágrafo.

Na seqüência, são discriminados os serviços realizados para cada um dos municípios, com as respectivas atividades.

ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA QUANTIDADE DE SERVIÇOS REALIZADOS - ANO 2005

MUNICÍPIO	SERVIÇOS REALIZADOS
ÁGUAS MORNAS	04
ALFREDO WAGNER	10
ANGELINA	34
ANITÁPOLIS	02
ANTÔNIO CARLOS	08
BIGUAÇU	02
CANELINHA	05
FLORIANÓPOLIS	-
GAROPABA	34
GOV.CELSO RAMOS	12
LEOBERTO LEAL	10
MAJOR GERCINO	05
NOVA TRENTO	21
PALHOÇA	01
PAULO LOPES	25
RANCHO QUEIMADO	08
STO. AMARO DA IMPERATRIZ	09
SÃO BONIFÁCIO	20
SÃO JOÃO BATISTA	18
SÃO JOSÉ	-
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	22
TIJUCAS	13
TOTAL	263

Gran\Tabelas Relatório\Relat4

GRÁFICO - GRANF/TABELAS RELATÓRIO/RELAT4.XLT

ÁGUAS MORNAS

- 1 – Estrada Municipal AGM-080 – Trecho 3
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
 - Cronograma
- 2 – Rua Coronel Antônio Lehmkuhl
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento

ALFREDO WAGNER

- 1 – Local para projeto de Escadaria entre a Rua do Comércio e Rua São João
 - Levantamento Planialtimétrico com 15.651,67m²
- 2 – Rua do Portal
 - Levantamento Planialtimétrico com 22.863m²
 - Projeto Geométrico com 1.103,65m²
- 3 – Rua Padre Cristóvão Arnaudt
 - Alteração do Projeto Geométrico
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 4 – Ruas Projetadas “1” e “2” (Estreito)
 - Levantamento Planialtimétrico com 16.406m²
 - Projeto Geométrico com 3.155,32m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento

ANGELINA

- 1 – Ponte sobre o Rio Bonito (Rancho de Tábua)
 - Levantamento Planialtimétrico com 3.058,71m²
 - Anteprojeto Geométrico de Ponte
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 2 – Ponte sobre o Rio Garcia (Acesso a Coqueiral)
 - Levantamento Planialtimétrico com 5.633,94m²
 - Anteprojeto Geométrico de Ponte
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 3 – Rua Frei Honorato Brugmann
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 4 – Rua Prefeito Miguel Rodrigues de Souza
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 5 – Servidão Carlos Lopes
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 6 – Terreno de Herdeiros de Osnir Hames (Garcia)
 - Levantamento Planimétrico com 356.209,66m²
- 7 – Terreno do Posto de Saúde do Garcia

- Levantamento Planimétrico com 448,80m²
- 8 – Praça Nicolau Kretzer
 - Levantamento Planialtimétrico com 7.056,58m²
- 9 – Estrada Geral do Garcia (SC – 481)
 - Levantamento Planialtimétrico com 430.775 m²
 - Projeto Geométrico com 60.958,83m²
 - Projeto de Drenagem Parcial (est. OPP a 241)
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 10 – Praça Beija Flor
 - Projeto Paisagístico com 836,24m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 11 – Quiosque da Praça Beija Flor
 - Projeto Arquitetônico com 19,95m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 12 – Rua Frei Honorato Brugmann
 - Atualização de Orçamento
- 13 – Rua Prefeito Miguel Rodrigues de Souza
 - Atualização do Orçamento
- 14 – Servidão Carlos Lopes
 - Orçamento Parcial
- 15 – Rua Geral Barra Clara
 - Memorial Descritivo de Aditivo
 - Orçamento de Aditivo
 - Fiscalização da Obra
- 16 – Ampliação do Ginásio de Esportes (Biblioteca e Recreação)
 - Projeto Arquitetônico com 277,28m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 17 – Ruas Frei Cassiano Schaffers e Francisco Kammers
 - Levantamento Planialtimétrico com 14.691m²
 - Projeto Geométrico com 2.022,80m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento

ANITÁPOLIS

- 1 – Rodovia SC-407
 - Vistoria às obras de pavimentação asfáltica
- 2 – Centro de Educação Integrada
 - Vistoria à edificação
 - Memorial Descritivo de Recuperação
 - Orçamento

ANTÔNIO CARLOS

- 1 – Rua Vitalina Schütz Martendal
 - Levantamento Planialtimétrico com 24.101m²
 - Projeto Geométrico com 7.051,66m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
 - Fiscalização da obra
- 2 – Terreno do N.E. Dr. Raulino Reitz (Santa Maria)

- Levantamento Planialtimétrico com 721,35m²
- 3 – N.E. Dr. Raulino Reitz (Santa Maria)
 - Projeto Arquitetônico com 521,16m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 4 – Local para projeto de Galeria Pluvial
 - Levantamento Planialtimétrico com 48.098,33m²

BIGUAÇU

- 1 – Ampliação do Cemitério São João Evangelista
 - Levantamento Planialtimétrico com 2.994,55m²
- 2 – Terreno E.B. Professor Alexandre Sérgio Godinho (Jardim Carandaí)
 - Levantamento Planialtimétrico com 3.359,42m²

CANELINHA

- 1 – Terreno para Posto de Saúde
 - Levantamento Planialtimétrico com 1.492,72m²
- 2 – Rua Manoel Amorim (Índia)
 - Levantamento Planialtimétrico com 12.238,41m²
 - Projeto Geométrico com 2.914,24m²
- 3 – Rua João Busnardo (Índia)
 - Levantamento Planialtimétrico com 24.379,26m²
 - Projeto Geométrico com 5.468,09m²

GAROPABA

- 1 – Rua Nicolau Manoel de Abreu (Est. OPP a 13)
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 2 – Rua Josina Amélia da Silveira
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 3 – Rua Marcos Inácio de Abreu (Est. OPP a 13)
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 4 – Posto de Saúde Padrão (152,87m²)
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 5 – Terreno da E. M. Professor Antônio Botelho (Palhocinha)
 - Levantamento Planialtimétrico com 1.112,28m²
- 6 – Estrada do Silveira (GRP-252)
 - Levantamento Planialtimétrico com 41.463m²
 - Projeto Geométrico com 10.995,60m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 7 – Estrada do Ouvidor
 - Atualização do Orçamento
- 8 – Rua Nicolau Manoel de Abreu (Est. OPP a 16+10,00m)
 - Orçamento
- 9 – Estrada GRP-010
 - Projeto de Drenagem

- Memorial Descritivo
- Orçamento
- 10 – E.M. Professor Antônio Botelho (Palhocinha)
 - Projeto Arquitetônico de Ampliação e Reforma com 425,08m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 11 – Escola Turma da Mônica (Ambrósio)
 - Projeto Arquitetônico de Ampliação e Reforma com 143,92m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 12 – E.M. Professor Antônio Botelho (Palhocinha)
 - Orçamento da 1ª Etapa
- 13 – E.I. Areias de Ambrósio
 - Projeto Arquitetônico de Ampliação com 232,71m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 14 – Rua Josina Amélia da Silveira
 - Atualização do Orçamento
- 15 – Continuação da Estrada do Ouvidor
 - Levantamento Planialtimétrico com 55.909,78m²
 - Projeto Geométrico com 12.087,32m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 16 – Rua Marcos Inácio de Abreu
 - Atualização do Orçamento
- 17 – Rua Tionas Israel
 - Atualização do Orçamento
- 18 – Rua Geral Capão – Conclusão
 - Orçamento
- 19 – Rua Geral Capão Trecho 3 (Est. 49 a PF)
 - Orçamento
- 20 – Estrada do Ouvidor Trecho 1
 - Atualização do Orçamento
- 21 – Rua Porto Alegre Trecho 2
 - Atualização do Orçamento
- 22 – Rua Elmo Kinceski – Final
 - Atualização do Orçamento

GOVERNADOR CELSO RAMOS

- 1 – Rodovia SC-410 Trecho BR – 101/Areias (Est. 14 + 10,00m a 82)
 - Orçamento
- 2 – Rodovia SC-410 Trecho Areias/Morro da Armação (Est. OPP a 69 + 15,00m)
 - Orçamento
- 3 – Rodovia SC-410 Trecho BR-101/Areias (Est. 14 + 10,00 a 60 + 4,49m)
 - Orçamento
- 4 – Rodovia SC-410 Trecho Morro da Armação/Fazenda (Est. OPP a 32)
 - Orçamento
- 5 – Moradia Econômica Padrão (38,12m²)
 - Modificação do Projeto Arquitetônico
 - Modificação do Projeto de Instalações
 - Orçamento
- 6 – Sala de Aula com 50m²
 - Orçamento
- 7 – Terreno para Projeto Comunitário (Caieira do Norte)
 - Levantamento Planialtimétrico com 7.771,59m²
- 8 – Terreno para Centro de Eventos (Fazenda da Armação)



- Levantamento Planialtimétrico com 4.490,22m²
- 9 – Terreno para Construção de Trapiche (Canto dos Ganchos)
 - Levantamento Planialtimétrico com 15.208,24m²
- 10 – Local para Projeto de Abastecimento de Água (Costeira da Armação)
 - Levantamento Planialtimétrico com 47.675,05m²
- 11 – Posto Salva Vidas
 - Projeto Arquitetônico com 14,62m²

LEOBERTO LEAL

- 1 – Ampliação da Unidade Sanitária da Sede
 - Projeto Arquitetônico com 53,00m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 2 – Área de Manutenção da Garagem da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal
 - Orçamento
 - Relação de Materiais
- 3 – Moradia Econômica Padrão (38,12m²)
 - Atualização do Orçamento
- 4 – Consultório Odontológico e PSF
 - Projeto Arquitetônico com 117,85m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 5 – Terreno para Centro de Múltiplo Uso
 - Levantamento Planialtimétrico com 6.264,88m²
- 6 – Terreno da Igreja Matriz (Para Projeto de Praça)
 - Levantamento Planialtimétrico com 10.983,39m²
- 7 – Terreno do Núcleo Escolar Rio das Pedras
 - Levantamento Planialtimétrico com 770,50m²
- 8 – Terreno da Igreja Luterana
 - Levantamento Planialtimétrico com 1.103,78m²

MAJOR GERCINO

- 1 – Posto de Saúde Padrão (135,67m²)
 - Atualização do Orçamento
- 2 – Galpão de Triagem de Lixo
 - Projeto Arquitetônico com 240,00m²
 - Memorial Descritivo
 - Cronograma
- 3 – Moradia Econômica Padrão (38,12m²)
 - Atualização do Orçamento
- 4 – Centro de Idosos Padrão (461,60m²)
 - Atualização do Orçamento

NOVA TRENTO

- 1 – Terreno de Valentin Kazzeti (Alto Silva)
 - Levantamento Planialtimétrico com 15.843,61m²
- 2 – Rua Francisco Cadorin
 - Levantamento Planialtimétrico com 16.122m²
 - Projeto Geométrico com 2.785,04m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 3 – Rua Felipe Schmitz (Ponta Fina Sul)

- Projeto de Drenagem
- Memorial Descritivo
- Orçamento
- 4 – Rua Geral Vasca (Rua Independência)
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 5 – Continuação da Rua Tijucas (Mato Queimado)
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 6 – Rua Dona Cristina (Trinta Réis)
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 7 – Continuação da Rua Independência (Vasca)
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 8 – Rua Florianópolis
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 9 - Rua Felipe Schmitz
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 10 – Vinícola Neotrentina
 - Desenho do Projeto Arquitetônico com 969,46m²
- 11 – Terreno de Valentim Ari Vargas (Vígolo)
 - Levantamento Planialtimétrico com 160,00m²
- 12 – Rua Nossa Senhora do Bom Socorro – Trecho 1
 - Levantamento Planialtimétrico com 71.518m²
 - Projeto Geométrico com 13.232,18m²

PALHOÇA

- 1 – Terreno da Paróquia Bom Jesus de Nazaré (Caminho Novo)
 - Levantamento Planialtimétrico com 5.635,74m²

PAULO LOPES

- 1 – Unidade Sanitária Central – 2ª Etapa
 - Orçamento
 - Relação de Materiais
 - Memorial Descritivo
- 2 – Unidade Sanitária Central – 3ª. Etapa
 - Orçamento
- 3 – Terreno da Área Industrial
 - Levantamento Planialtimétrico com 52.278,48m²
- 4 – Rua Ana Raupp de Sá – Est. 41 a 82
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 5 – Ponte sobre o Rio das Cachoeiras (Santa Rita)
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 6 – Unidade Sanitária Central - Conclusão
 - Memorial Descritivo

- Orçamento
- 7 – Sanitários Padrão (3,75m²)
 - Orçamento
- 8 – Obra de Iliane Matos Virgílio
 - Vistoria à obra
 - Emissão de Laudo
- 9 – Reforma da Cobertura do Ginásio de Esportes (Opções 1 e 2)
 - Projeto Arquitetônico
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 10 – Reforma de Piso e Pintura do Ginásio de Esportes
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 11 – Reforma Geral do Ginásio de Esportes (Exceto Cobertura)
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 12 – Projeto de Ligeirinho Ind. e Com. Ltda.
 - Análise e Parecer
- 13 – Projeto de Leandro Ferreira Costa
 - Análise e Parecer
- 14 – Projeto de Rodrigo dos Santos
 - Análise e Parecer
- 15 – Continuação da Rua Vidal da Rosa (Penha)
 - Levantamento Planialtimétrico com 43.151m²
 - Projeto Geométrico com 6.211,71m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento Parcial (Est. OPP + 10.114m a 14 + 6,00m)
 - Orçamento Parcial (Opção Asfalto)
- 16 – Terreno da Capela Mortuária
 - Levantamento Planialtimétrico com 4.063,87m²
- 17 – Terreno da Escola Avani da Silva Santos (Penha)
 - Levantamento Planialtimétrico com 847,25m²
- 18 – Unidade Sanitária Central - Conclusão
 - Atualização do Orçamento
- 19 – Ginásio de Esportes Padrão (1.320,58m²)
 - Atualização do Orçamento
- 20 – Projeto da Pizzaria de José dos Santos
 - Análise e Parecer

RANCHO QUEIMADO

- 1 – Rua 118
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 2 – Rua 109
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 3 – Rua 116
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 4 – Terreno do Parque da Festa do Morango (Taquaras)
 - Levantamento Planialtimétrico com 20.237,01m²
- 5 – Rua Guilherme Jacó Bunn
 - Levantamento Planialtimétrico com 10.358m²
 - Projeto Geométrico com 1.867,91m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo

- Orçamento

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

- 1 – Terreno para Portal Turístico
 - Levantamento Planialtimétrico com 6.295,00m²
- 2 – Pórtico de Boas Vindas
 - Projeto Arquitetônico com 231,00m²
- 3 – Av. João Marcolino Costa
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento Parcial – Pavimentação e Drenagem
 - Orçamento Parcial – Passeios e Ciclovia
- 4 – Estrada da Varginha – 3ª. Trecho
 - Memorial Descritivo
- 5 – Terreno para Creche – (Sul do Rio)
 - Levantamento Planialtimétrico com 3.367,40m²
- 6 – Terreno da E. M. Vila Santana (Sertão)
 - Levantamento Planialtimétrico com 1.251,66m²
- 7 – Escola Municipal Vila Santana
 - Projeto Arquitetônico com 759,15m²
 - Memorial Descritivo
- 8 – Terreno para projeto de Terminal Rodoviário
 - Levantamento Planialtimétrico com 3.344,66m²

SÃO BONIFÁCIO

- 1 – Quadra Coberta Centro
 - Atualização do Orçamento
 - Cronograma Físico-Financeiro
 - Fiscalização da Obra
- 2 – Quadra Coberta Santa Maria
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 3 – Portal Turístico
 - Relação de Materiais
- 4 – Galeria Pluvial (Rua 29 de Dezembro e Rua do Campo)
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento.
- 5 – Salão Comunitário do Rio do Poncho
 - Projeto Arquitetônico de Reforma e Ampliação com 950,67m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 6 – Ponte Mista sobre o Rio Capivari (Canto Valmor Stoch)
 - Orçamento
- 7 – Ponte Mista sobre o Rio do Poncho (Almo Tolter)
 - Orçamento
- 8 – Ponte Mista sobre o Rio Capivari (Canto Dirksen)
 - Orçamento
- 9 – Rua da Associação
 - Levantamento Planialtimétrico com 161.499,32m²
 - Projeto Geométrico com 498,72m²
 - Projeto de Drenagem
- 10 – Rua Jorge Lehmkuhl
 - Projeto Geométrico com 780,52m²



- 11 – Rua 7 de Junho
 - Projeto Geométrico com 1.507,32m²
 - Projeto de Drenagem
- 12 – Rua Juliana Martins Schaffer
 - Projeto Geométrico com 3.263,24m²
- 13 – Quadra Coberta Santo Antônio
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 14 – Barreira Campo dos Hawerroth
 - Levantamento Planialtimétrico com 14.869,78m²
- 15 – Barreira Venâncio Breus
 - Levantamento Planialtimétrico com 13.401,95m²

SÃO JOÃO BATISTA

- 1 – Posto de Saúde Jardim São Paulo (135,68m²)
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 2 – Reforma da Cobertura do Hospital Monsenhor José Locks
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 3 – Ampliação do Hospital Monsenhor José Locks
 - Atualização do Orçamento
- 4 – Rua Marechal Deodoro
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 5 – Rua Marechal Floriano Peixoto
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 6 – Local para ponte sobre o Rio do Braço e Rio Tijucas
 - Levantamento Planialtimétrico com 210.609,76m²
- 7 – Local para ponte sobre o Rio Kroecker (Cardoso)
 - Levantamento Planialtimétrico com 4.612,48m²
- 8 – Posto de Saúde Jardim São Paulo
 - Projeto Arquitetônico com 152,87m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 9 – Rua Tijucas
 - Levantamento Planialtimétrico com 22.819m²
 - Projeto Geométrico com 3.478,41m²
- 10 – Centro de Idosos Padrão
 - Atualização do Orçamento
- 11 – Ampliação do Hospital Monsenhor José Locks
 - Atualização do Orçamento
- 12 – Rua Marechal Floriano Peixoto
 - Atualização do Orçamento
- 13 – Rua Fidelis Angeli
 - Memorial Descritivo

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

- 1 – Terreno para instalação de indústria (Vila Junckes)
 - Levantamento Planialtimétrico com 14.274,01m²
- 2 – Terreno para Posto de Saúde
 - Levantamento Planialtimétrico com 6.415,90m²
- 3 – Terreno para Posto de Saúde

- Levantamento Planialtimétrico com 16.814,32m²
- 4 – Casa de José Golfredo Kremer
 - Vistoria na edificação
- 5 – Terreno da Igreja Matriz
 - Levantamento Planialtimétrico com 155.858,00m²
- 6 – Rodovia SC-407 – 3ª. Trecho (Santa Filomena)
 - Levantamento Planialtimétrico com 45.176m²
 - Projeto Geométrico com 9.305,48m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 7 – Posto de Saúde Central
 - Projeto Arquitetônico com 298,98m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 8 – Rodovia SPA-126 Trecho – Cubatão/Matias
 - Levantamento Planialtimétrico com 292.547,85m²
 - Projeto Geométrico com 58.374,96m²
- 9 – Praça de Santa Tereza
 - Alteração do Projeto Paisagístico com 1.105,52m²
- 10 – Ampliação da Creche de Santa Tereza
 - Projeto Arquitetônico com 188,31m²
 - Memorial Descritivo
- 11 – Rua 21 (Boa Parada)
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 12 – Rua Bertoldo Honorato
 - Levantamento Planialtimétrico com 9.822m²
 - Projeto Geométrico com 1.159,60m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 13 – Abrigo de Passageiros Padrão
 - Desenho do Projeto Arquitetônico

TIJUCAS

- 1 – Posto de Saúde Padrão 135,67m²
 - Atualização do Orçamento
- 2 – Continuação da Rua do Governo
 - Levantamento Planialtimétrico com 31.829,55m²
 - Projeto Geométrico com 5.813,47m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 3 – Avenida José Manoel Reis
 - Alteração do Memorial Descritivo
- 4 – Rua Padre Parise (Praça)
 - Levantamento Planialtimétrico com 124.783,55m²
- 5 – Avenida Emília Ramos
 - Levantamento Planialtimétrico com 83.999,23m²
 - Projeto Geométrico com 11.503,78m²
- 6 – Avenida Luis Gomes
 - Projeto Geométrico com 13.850,43m²
- 7 – Rua Alvina Simas Reis
 - Levantamento Planialtimétrico com 39.647,80m²
 - Projeto Geométrico com 8.244,75m²
 - Projeto de Drenagem

- Memorial Descritivo

6.5 – ASSESSORIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

No exercício de 2005, a ASSESSORIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS procurou, além de responder pessoalmente ou via telefone, às consultas de Prefeitos, Vereadores e Técnicos Municipais, às vezes emitindo pareceres escritos, manter-se atualizada, através do acompanhamento de publicações técnicas e da participação em eventos jurídicos.

Os principais assuntos que foram objeto de tratativas com os Municípios são elencados a seguir, antecipados pelas atividades de caráter geral:

ATIVIDADES DE CARÁTER GERAL

1 – PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES - CURSOS - CONGRESSOS – ENCONTROS

- 1.1 – Participação como representante da FECAM, no Conselho de Consumidores da CELESC – reuniões mensais;
- 1.2 – Participação no VII Ciclo do TCE/SC;
- 1.3 – Treinamento de Servidores Municipais, promovido pela Associação, no Município de Águas Mornas;
- 1.4 – Atendimento a consultas pessoais e telefônicas.

2 – ATUALIZAÇÃO

- 2.1 – Revista Consulex
- 2.2 – Revista Prática Jurídica
- 2.3 – Manual do Servidor Público
- 2.4 – Jornal DIALEX
- 2.5 – Revista Jurídica
- 2.6 – Revista Síntese Trabalhista
- 2.7 – Revista Interesse Público
- 2.8 – Revista de Estudos Tributários
- 2.9 – Diário Oficial
- 2.10 – Diário da Justiça
- 2.11 – Boletim de Direito Administrativo
- 2.12 – Boletim de Direito Municipal
- 2.13 – Informativo de Direito Administrativo
- 2.14 – Informativo de Licitações e Contratos.

3 – ASSESSORIA E CONSULTORIA

ÁGUAS MORNAS

- 01 – Duas visitas à Prefeitura para orientação sobre recursos humanos e processo legislativo;
- 02 – Orientação sobre abono de férias;
- 03 – Orientação sobre tempo de serviço e tempo de contribuição;
- 04 – Orientação sobre contribuição previdenciária;
- 05 – Orientação sobre regime próprio de previdência;
- 06 – Detalhamento do controle interno;
- 07 – Tramitação de projeto de lei;
- 08 – Discussão sobre aposentadoria de servidor;
- 09 – Aproveitamento de tempo de serviço rural para contagem recíproca.

ALFREDO WAGNER

- 01 – Orientação e minuta de edital e contrato para tratamento do lixo;
- 02 – Orientação sobre concurso público;
- 03 – Orientação sobre transporte escolar;
- 04 – Transporte coletivo municipal - orientação;
- 05 – Contribuição sindical – recolhimento e cálculo;
- 06 – Contratação de admitidos em caráter temporário;
- 07 – Licitação – número de propostas em Tomada de Preços;
- 08 – Licitação – correção de publicação.

ANGELINA

- 01 – Emissão de Parecer quanto à contratação de assessoria e consultoria;
- 02 – Parecer sobre acumulação do cargo de professor com o de Vice-Prefeito;
- 03 – Orientação sobre remoção e relotação de servidor;
- 04 – Orientação sobre contagem de tempo de serviço;
- 05 – Orientação sobre logomarca do Município;
- 06 – Comportamento da Mesa Diretora diante da presença do Prefeito na sessão;
- 07 – Orientação sobre averbação do tempo de serviço;
- 08 – Procedimento para emissão de alvará de Licença para entidade assistencial;
- 09 – Fornecimento de dois pareceres sobre Projeto de Lei, disciplinando o cargo de odontólogo;
- 10 – Elaboração de Lei, alterando o Código de Posturas;
- 11 – Redação de Projeto de Lei para a concessão de gratificação de servidor da Câmara;
- 12 – Orientação sobre número de propostas em Convite;
- 13 – Desapropriação – minuta de Decreto;
- 14 – Gratificação de Horas Extras, explicação sobre cálculo;
- 15 – Parecer sobre Projeto de Lei fixando o vencimento de odontólogo;
- 16 – Parecer para Câmara a respeito do direito de somar o servidor todo o tempo de serviço prestado ao Município.

ANITÁPOLIS

- 01 – Concurso Público - esclarecimentos;
- 02 – Contratação de ACT – orientação;
- 03 – Renúncia de Receita – caracterização e providências;
- 04 – Licitação – número de propostas para convite;
- 05 – Ex-Prefeito servidor – férias e licença-prêmio não gozadas no exercício do mandato.
- 06 – Gratificação a servidor – critérios de fixação;
- 07 – Atualização do valor venal para IPTU e ITBI;
- 08 – Pagamento de abono aos professores do saldo do FUNDEF – orientação;
- 09 – Regulamentação do serviço de água;
- 10 – Alteração do subsídio dos Agentes Políticos.

ANTÔNIO CARLOS

- 01 – Projeto de Lei para parcelamento do PASEP;
- 02 – Contribuição Sindical – orientação, cálculo e recolhimento;
- 03 – Aplicação de abono aos servidores da Câmara;
- 04 – Parecer sobre Projeto de Lei, tornando obrigatória a divulgação de autores de Antônio Carlos;
- 05 – Parecer sobre perdão de débitos habitacionais;
- 06 – Análise de Projeto de Lei sobre exposição de obras em biblioteca;
- 07 – Orientação sobre contratação de contador para a Câmara;
- 08 – Análise de Projeto de Lei sobre benefícios tributários;
- 09 – Cobrança da dívida ativa – procedimentos;
- 10 – Renúncia de Receita – orientação;
- 11 – Concessão de vantagens a servidores.

BIGUAÇU

- 01 – Anteprojeto de Lei da Reforma Administrativa da Câmara, elaboração, discussão e esclarecimentos;
- 02 – Relação de Anteprojeto de Lei fixando e alterando a remuneração dos servidores da Câmara;
- 03 – Orientação sobre efeitos retroativos de Lei Municipal;
- 04 – Orientação sobre dispensa e inexigibilidade de licitação;
- 05 – Orientação sobre processo administrativo disciplinar;
- 06 – Duas visitas à Câmara;
- 07 – Parecer sobre Plano de Saúde para Servidores.

CANELINHA

- 01 – Processo Administrativo Disciplinar – esclarecimentos e modelos;
- 02 – Orientação sobre a presença de Vereador na GFIP;
- 03 – Processo Licitatório – esclarecimentos sobre dispensa e inexigibilidade;
- 04 – Número mínimo de propostas em Convite;
- 05 – Orientação sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – projeto e prazo de apresentação;
- 06 – Tramitação ordinária de Projeto de Lei.

GAROPABA

- 01 – Orientação sobre cobrança judicial da dívida ativa municipal;
- 02 – Orientação sobre Renúncia de Receita;
- 03 – Procedimento quanto ao pagamento de débito de taxa da administração anterior;
- 04 – Projeto de Lei sobre denominação de via pública;
- 05 – Reforma administrativa – orientação, discussão e participação;
- 06 – Esclarecimento sobre veto de Projeto de Lei;
- 07 – Análise do Orçamento da Câmara;
- 08 – Orientações aos servidores da Câmara sobre pareceres das comissões permanentes;
- 09 – Procedimento quanto à área de terras não documentada, ocupada pela Prefeitura;
- 10 – Número mínimo de propostas em convite;
- 11 – Redação de Edital Licitatório – revisão;
- 12 – Transporte Coletivo Urbano – regulamentação;
- 13 – Parecer sobre Projeto de Lei não sancionado no prazo.

GOVERNADOR CELSO RAMOS

- 01 – Revisão do anteprojeto de lei sobre a reforma administrativa da Prefeitura;
- 02 – Pesquisa sobre a proibição de plantio de pinus no Município a pedido da Câmara
- 03 – Procedimento para indicar Conselheiro da Secretaria de Desenvolvimento Regional;
- 04 – Anteprojeto de Lei, criando cargo na Câmara de Vereadores;
- 05 – Projeto de Decreto, fixando as atribuições dos órgãos municipais;
- 06 – Informação sobre a contratação de ACT;
- 07 – Orientação sobre Processo Seletivo Simplificado;
- 08 – Resposta à consulta sobre perda de licença prêmio por gozo de outra licença;
- 09 – Critérios de concessão de Vantagem Pessoal – orientação e esclarecimentos;
- 10 – Processo Licitatório – Edital – retificação;
- 11 – Parecer sobre desconto e retenção do INSS.

LEOBERTO LEAL

- 01 – Agregação de vantagens para servidor;
- 02 – Aplicação de recursos recebidos no final do exercício;
- 03 – Incorporação de abono ao vencimento dos servidores;
- 04 – Análise e sugestões de alteração do anteprojeto do Código Tributário Municipal;

- 05 – Esclarecimento sobre a ampliação do perímetro urbano;
- 06 – Parecer sobre a acumulação de subsídio de Secretário com proventos de aposentadoria por invalidez;
- 07 – Anteprojeto de lei criando a estrutura administrativa e cargos na Câmara Municipal de Vereadores;
- 08 – Contratação de Contador pela Câmara – esclarecimentos e orientações;
- 09 – Permuta de servidoras, sendo uma Vereadora – Parecer;
- 10 – Fixação do vencimento dos servidores da Câmara;
- 11 – Incidência do INSS sobre subsídio de Vereador aposentado e Vereador servidor;
- 12 – Parecer sobre a mudança do dia da sessão da Câmara com Projeto de Resolução;
- 13 – Possibilidade de Vereador ser Presidente de Associação de Micro-bacias;
- 14 – Possibilidade de servidora municipal ser Presidente da Câmara de Vereadores;
- 15 – Procedimento para viagens de Presidente da Câmara, sendo servidor municipal.
- 16 – Orientação e intervenção quanto à débito do Município com o CREA/SC, proveniente do mandato anterior;
- 17 – Anteprojeto de Decreto Legislativo conferindo título de cidadão honorário;
- 18 – Parecer sobre Tomada de Preços no Processo Licitatório;
- 19 – Parecer sobre aposentado por invalidez.

MAJOR GERCINO

- 01 – Audiência com o Prefeito no INCRA sobre terras da Boa Esperança;
- 02 – Audiência com o Prefeito no Tribunal de Justiça de Santa Catarina sobre a CASA DA CIDADANIA;
- 03 – Orientação a grupo de agricultores para aquisição de máquina;
- 04 – Visita à Prefeitura para orientação sobre o exercício do mandato;
- 05 – Orientação aos Administradores Municipais sobre assalto ao Prédio da Prefeitura;
- 06 – Visita à Fazenda Boa Esperança para tratar com agricultores sobre a sua defesa perante o Ministério Público Federal;
- 07 – Defesa a pedido do Prefeito, de agricultor perante o INCRA;
- 08 – Orientação sobre contratação de ACT;
- 09 – Orientação sobre procedimentos em relação a restos a pagar;
- 10 – Defesa de ex-Prefeito perante o Tribunal de Contas;
- 11 – Orientação sobre constituição da Comissão de Licitação.

NOVA TRENTO

- 01 – Duas visitas à Prefeitura para tratar de assuntos de interesse da Administração Pública, em especial, com o Assessor Jurídico;
- 02 – Esclarecimentos sobre restos a pagar, remanescentes da administração anterior;
- 03 – Esclarecimentos sobre o tratamento de despesa não empenhada;
- 04 – Orientação sobre a incidência e cobrança de correção monetária;
- 05 – Elaboração de Minuta de Decreto proibindo a venda de bebida alcoólica nos acessos ao Morro da Cruz e a Vígolo (Madre Paulina);
- 06 – Orientação sobre rescisão de contrato de servidor por prazo determinado sob os regimes da CLT e estatutário;
- 07 – Orientação e Análise de Anteprojeto de Lei que dispõe sobre isenção e parcelamento de tributos;
- 08 – Anulação de contrato de mão-de-obra, informação e esclarecimentos;
- 09 – Orientação sobre como proceder em relação a acordo extrajudicial;
- 10 – Orientação sobre acúmulo de cargo e remuneração;
- 11 – Concessão de abono aos professores, relativo a saldo do FUNDEF;
- 12 – Parecer sobre Projeto de Lei que “Cria a Campanha Criança Feliz”;

PALHOÇA

- 01 – Três visitas à Prefeitura (Departamento de Pessoal, Secretaria de Finanças e Procuradoria);

- 02 – Recurso de Reconsideração para a Câmara de Vereadores;
- 03 – Análise do Projeto de Revisão Geral Anual;
- 04 – Parecer em pedido de aposentadoria de servidor com mais de 70 anos já aposentado;
- 05 – Parecer sobre reposição salarial para servidores e vereadores para Câmara;
- 06 – Correção da diferença de vencimento entre os servidores do Legislativo e Executivo;
- 07 – Plano de Saúde para servidores municipais.

PAULO LOPES

- 01 – Acompanhamento ao Prefeito ao DETER;
- 02 – Agregação de vantagens – orientação;
- 03 – Concessão de abono do saldo do FUNDEF aos Professores;
- 04 – Professor do PETI e o FUNDEF – Orientação e Parecer;
- 05 – Desapropriação de terras – Minuta de Decreto e Orientação;
- 06 – Participação no Mutirão de Conciliação Fiscal;
- 07 – Desativação e concessão de uso de prédios escolares – Projeto de Lei e Edital;
- 08 – Edital de Processo Seletivo Simplificado – elaboração e revisão;
- 09 – Remissão e Anistia tributárias – Elaboração de Projeto de Lei e Pareceres em 30 (trinta) pedidos;
- 10 – Pareceres em Processos Licitatórios;
- 11 – Execução Fiscal – 280 Ações;
- 12 – Câmara – Projeto de Lei criando a estrutura administrativa e cargos;
- 13 – Parcelamento de Débito junto ao CREA/SC;
- 14 – Alteração da Lei de Táxi e Edital para preenchimento de vaga em ponto de táxi;
- 15 – Câmara – Orientação sobre veto;
- 16 – Câmara – Orientação sobre pedido de vistas de Projeto de Lei.

RANCHO QUEIMADO

- 01 – Parecer sobre prazo para LDO e PPA;
- 02 – Orientação sobre atribuição de gratificação de servidor do Executivo à disposição do Legislativo;
- 03 – Projeto de Lei criando cargo de Secretário Municipal;
- 04 – Esclarecimento sobre a atualização do Subsídio de Secretário Municipal;
- 05 – Habitualidade de requerimento de Nota Fiscal avulsa de prestação de Serviço - Orientação.

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

- 01 – Parecer sobre remuneração de Professor nomeado Diretor;
- 02 – Agregação de vantagem ao vencimento do servidor, esclarecimento quanto à constitucionalidade e procedimento;
- 03 – Anulação de ato administrativo-procedimento;
- 04 – Cargo em Comissão e Função de Confiança – caracterização, informações e execução;
- 05 – Visita ao Município;
- 06 – Revisão Geral de remuneração – informações e como efetuar a sua concretização.

SÃO BONIFÁCIO

- 01 – Parecer sobre instalação de aviário no Município;
- 02 – Resposta ao Ministério Público – Centro da Moralidade Administrativa sobre Relatório da AGU;
- 03 – Análise e Parecer jurídico em 40 processos licitatórios;
- 04 – Ação de Execução Fiscal – proposição, acompanhamento e audiência em Santo Amaro da Imperatriz;
- 05 – Duas visitas ao Município;
- 06 – Licitação para quadra de esportes – orientação;
- 07 – Recurso em Mandado de Segurança – interposição;
- 08 – Elaboração do Regulamento da Avaliação de Desempenho para Estágio Probatório;

09 – Parecer em Processos Licitatórios.

SÃO JOÃO BATISTA

- 01 – Instrumentos legais aplicáveis;
- 02 – Orientação para a elaboração de editais licitatórios;
- 03 – Orientação sobre abono do PSF;
- 04 – Cancelamento de crédito tributário – orientação e procedimento;
- 05 – Defesa junto ao TCE/SC;
- 06 – Orientação sobre a remissão de créditos tributários;
- 07 – Merenda Escolar – PETI e Rede Municipal – esclarecimentos.

SÃO JOSÉ

- 01 – Parecer sobre Tomada de Preços que contemplava objeto em blocos de itens;
- 02 – Parecer sobre extensão da Lei 8666/93 à APAE;
- 03 – Programa PSF – instrumentos legais sobre a matéria;
- 04 – Merenda Escolar, destinada aos inscritos no PETI e na Rede Municipal;
- 05 – Regulamentação de Diárias na Câmara de Vereadores;
- 06 – Orientação sobre concessão, permissão e autorização de uso de bem público;
- 07 – Duas visitas à Prefeitura – Licitações e área tributária;
- 08 – Elaboração e Minuta de Regulamento da utilização dos espaços na AÇORFESTA;
- 09 – Editais para AÇORFESTA;
- 10 – Contratos para AÇORFESTA.

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

- 01 – Atribuição de exercício para servidor – esclarecimentos e como proceder;
- 02 – Nomeação de servidor efetivo para cargo em Comissão – procedimento;
- 03 – Subsídio do Vice-Prefeito que é servidor estadual – acumulação e opção;
- 04 – O interessado não convidado para o Convite;
- 05 – Regulamentação e hipóteses de concessão de adicional/gratificação de insalubridade;
- 06 – Três defesas de ex-Prefeitos junto ao TCE/SC.

TIJUCAS

- 01 – Falta de medicamento – orientação sobre dispensa de licitação;
- 02 – Análise e Decisão de Recursos em Licitação;
- 03 – Aquisição de motoniveladora em 24 parcelas-orientação;
- 04 – Defesa contra multa aplicada pelo TCE/SC ao Presidente da Câmara;
- 05 – Análise e sugestões no Processo Licitatório para compra de equipamento para artefatos de concreto.

6.6 – ASSESSORIA PARA ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS

O ano de 2005 foi marcado por uma nova modificação no sistema previdenciário dos servidores públicos municipais, tendo em vista as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 47/05.

Para fins de registro e prestação de contas, no exercício de 2005, foram assessorados os seguintes Institutos de Previdência Municipal: IPAM (Águas Mornas), ANGEPREV (Angelina), IPREANCARLOS (Antonio Carlos), IPREAPOLIS (Anitápolis), IPREGOBA (Garopaba), IPRELL (Leoberto Leal), IPREVENT (Nova Trento), IPPA (Palhoça), IPRERQ (Rancho Queimado), IPRESJB (São João Batista), IPRESANTOAMARO (Santo Amaro da Imperatriz), INSPA (São Pedro de Alcântara), PREVBIGUAÇU (Biguaçu), PREVISERT (Tijucas), através do desenvolvimento dos seguintes trabalhos:

1. Atendimento pessoal na sede da GRANFPOLIS, aos Prefeitos Municipais, Diretores-Executivos dos Institutos, Vereadores, membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal e aos segurados e dependentes;
2. Visitas aos Institutos, em sua sede para realização de trabalhos específicos;
3. Análise da documentação dos segurados ou dependentes para possíveis concessões de aposentadorias ou pensões;
4. Confecção de pareceres jurídicos de aposentadoria e pensão por morte, devidamente instruídos com despacho de Concessão, Carta de Concessão e Memória de Cálculo do Benefício;
5. Elaboração de pareceres sobre quaisquer consulta formulada pela Diretoria-Executiva ou Conselheiros dos Institutos;
6. Treinamento de estagiários e funcionários para desenvolvem atividades de coleta de dados e atos administrativos nos Institutos;
7. Acompanhamento das perícias médicas realizadas para a concessão de aposentadorias por invalidez, através do encaminhamento para a empresa prestadora dos serviços de perícias, discussões com os médicos-peritos sobre cada caso;
8. Elaboração dos quesitos técnicos complementares para auxiliar a emissão do laudo médico à concessão de aposentadoria por invalidez;
9. Remessa dos processos de aposentadoria e pensão ao Tribunal de Contas para registro e posterior recebimento da Compensação Previdenciária;
10. Acompanhamento do registro do convênio para recebimento dos valores pecuniários advindos da Compensação Previdenciária;
11. Acompanhamento em conjunto com os Diretores-Executivos da emissão da Certidão de Regularidade Previdenciária;
12. Elaboração de projetos de lei atinentes à matéria previdenciária, dentre outros: alteração do projeto originário em face de novas determinações estabelecidas pela legislação federal ou alterações procedidas no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, alteração de alíquotas dado o calculo atuarial anual, autorização para parcelamento de dívida previdenciária;
13. Elaboração de Termos de Confissão de Dívida e contrato de parcelamento de dívidas previdenciárias;
14. Confecção de Portarias, Decretos, Memoriais, Notas Técnicas, Despachos, Pedidos de Diligência, Ofícios aos órgão da Administração federal, estadual e municipal, para préstimo de informações ou cumprimento de medidas legais;
15. Participação nas reuniões dos Conselhos Administrativo e Fiscal, para prestar esclarecimentos relativos à legislação e sua aplicação;
16. Confecção do Regimento de Eleições dos Conselhos Administrativo e Fiscal, com posterior acompanhamento do processo eleitoral e dos demais atos administrativos para seu perfeito encerramento;
17. Confecção de respostas à correspondências do Ministério da Previdência e ao Tribunal de Contas;
18. Confecção de consultas ao Ministério da Previdência, Banco Central e ao Tribunal de Contas para pacificar posicionamento administrativos e jurídicos sobre temas previdenciários;
19. Acompanhamento do censo cadastral dos segurados para coleta de dados funcionais e pessoais a título de formação do arquivo documental do Instituto e aprimoramento dos dados utilizados para a confecção do cálculo atuarial, bem como de seus dependentes;

20. Acompanhamento da elaboração do calculo atuarial e posterior discussão e apresentação à Administração Municipal e aos segurados;
 21. Préstimo de informações em Mandados de Segurança impetrados contra o Instituto, na pessoa de seu Diretor-Executivo;
 22. Interposição de recursos à ações judiciais propostas contra o Instituto, com conseqüente acompanhamento;
 23. Acompanhamento dos processos licitatórios e confecção de contratos e aditivos;
 24. Orientação e acompanhamento do preenchimento do Demonstrativo de Receitas e Despesas e Demonstrativo de Pessoal a ser enviado para o Ministério da Previdência Social;
 25. Participação em reuniões com Vereadores e esclarecimento de suas dúvidas na Câmara Municipal;
 26. Elaboração e condução dos processos administrativos de cobrança de contribuições aos segurados e dependentes dos Institutos;
 27. Integração e discussão com as demais áreas técnicas da GRANFPOLIS, para perfeita prestação dos trabalhos atinentes aos Regimes Próprios de Previdência;
 28. Acompanhamento de discussões com Vereadores sobre as implicações previdenciárias das modificações nos Estatutos dos Servidores Públicos, bem com as tendências impostas pela Reforma da Previdência;
 29. Participação nas Assembléias de Quotistas dos Fundos de Investimentos anteriormente administrados pelo Banco Santos, bem como acompanhamento dos demais procedimentos relativos a esta entidade;
 30. Acompanhamento do desenvolvimento do softwaer PREVCALC, desenvolvido pela empresa Guirguis Informática para geração do cálculo dos benefícios nos termos da Lei federal nº 10887/04 e as alterações impostas pela Emenda Constitucional nº 47/05.
- Em meses alternados foram realizadas reuniões técnicas na sede da GRANFPOLIS, com a presença dos Diretores-Executivos e outros técnicos das autarquias previdenciárias para discutir normas e procedimentos administrativos e legais dos Regimes Próprios, em especial as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 41/03 e 47/05, Lei federal nº 10887/04 e Orientações Normativas do MPS. Outrossim, em face do ocorrido com o Banco Santos, deu-se especial atenção as discussões referentes a Resolução CMN nº 3244, de 28 de outubro de 2004 que aborda as diretrizes das aplicações financeiras dos Regimes Próprios de Previdência Municipal.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS

SUMÁRIO

- 1 - DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**
- 2 - RESUMO GERAL DA RECEITA ARRECADADA**
- 3 - RESUMO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA**
- 4 - COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**
- 5 - COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA**
- 6 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**
- 7 - BALANÇO FINANCEIRO**
- 8 - BALANÇO PATRIMONIAL**
- 9 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**
- 10 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE**